

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM**  
**Escola Superior Gestão e Tecnologia de Santarém**



**POLITÉCNICO  
DE SANTARÉM**

**A influência das políticas públicas sociais na sustentabilidade  
das organizações não governamentais na Guiné-Bissau: O  
caso ONGD\_VIDA**

**Dissertação**

**Mestrado em Gestão de Organização de Economia Social**

**GÉJÉ AMADÚ CANDÉ**

**Orientação:**

**Professor Doutor Pedro Miguel Domingos Duarte de Oliveira**

Dezembro, 2023

### **Dedicatória**

Aos meus queridos pais, cuja crença inabalável e dedicação incansável tornaram possível a realização de um sonho compartilhado pela família.

## **Agradecimentos**

As seguintes reflexões deveriam estar presentes em nossas mentes. Ao despertarmos, a primeira expressão do dia deveria ser proferida em voz alta: "Não é fácil, mas sim, é possível".

Esta frase encapsula muito sobre o meu percurso. As surpresas, que considero tão necessárias, ocorrem porque a vida as impõe. Porém, em primeiro lugar, expresso minha gratidão a "Deus" por ter-me concedido a força e a energia positiva necessárias para enfrentar desafios, por mais complexos que sejam. Com grande satisfação, continuo expressando minha gratidão ao Professor Doutor Pedro Miguel Domingos Duarte de Oliveira e ao Doutor Mattia Fracchia por suas notáveis habilidades técnicas e orientação ao longo da minha aprendizagem. Suas experiências e disponibilidade direcionaram-me para as escolhas certas, culminando na obtenção deste resultado.

Não posso deixar de agradecer a um grupo de professores que me acompanharam em várias etapas deste ciclo de formação, especialmente nos momentos difíceis da incerteza. Professores como o Professor Doutor Nuno Jorge e o Professor Doutor Ricardo São João que estimularam constantemente o meu conhecimento para enfrentar os desafios do momento. Além disso, expresso minha gratidão à magnífica turma na qual estive inserido, sempre unida, empática, resiliente e competente. Destaco Nelson Costa, Maria da Luz Lopes e Nuno Santos Matos.

Não poderia deixar de mencionar a minha contínua gratidão à ONGD VIDA como um todo, especialmente à Dr. Patrícia Miradvalho e a Olalio Trindade, representante da ONGD VIDA na Guiné-Bissau, pela colaboração e total disponibilidade. Agradeço também ao presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) e às demais instituições que contribuíram para tornar este processo uma realidade. Durante a entrevista, demonstraram exemplar competência e conhecimento sobre o tema em discussão.

Por fim, expresso minha gratidão a toda a minha família, em especial aos meus pais, que sempre acreditaram em mim, ao meu padrinho Elói Coreia Landim e ao amigo de longa data Suleimane Balde.

## Resumo

Ao longo do processo de consolidação da democracia, a Guiné-Bissau foi integrando um considerável número de organizações internacionais, não governamentais, adotando como causa a promoção dos direitos humanos e sociais como parte de seus princípios, buscando resolver problemas endêmicos que afetam diversas comunidades urbanas e rurais em colaboração estreita com parceiros de desenvolvimento.

Esta dissertação tem como objetivo analisar a influência do executivo guineense na gestão sustentável das organizações não governamentais que atuam no país. O estudo aborda os instrumentos políticos, administrativos, legislativos e de cooperação utilizados pelo Estado para informar sobre o processo de efetivação de um quadro de harmonização entre as partes envolvidas no setor social.

A pesquisa abarca literatura guineense, evidenciando a atuação de diversas organizações não governamentais na luta contra a pobreza, erradicação da fome, promoção da igualdade de género, e melhoria da qualidade do sistema de saúde e educação. As evidências apresentadas são fundamentadas no método qualitativo de pesquisa, utilizando a abordagem do estudo de caso.

Como conclusão principal, observa-se uma participação significativa dos potenciais parceiros na definição dos objetivos do setor das organizações não governamentais na Guiné-Bissau, devido à sua capacidade de disponibilizar recursos financeiros, materiais e técnicos que o Estado não possui, tornando-se instrumentos essenciais para adequação das respostas sociais.

**Palavras-chave:** *organizações não governamentais, políticas públicas sociais, desenvolvimento, sustentabilidade, bem-estar social.*

### **Abstract**

Throughout the process of consolidating democracy, Guinea-Bissau has integrated a considerable number of international, non-governmental organizations, adopting the promotion of human and social rights as part of its principles, seeking to solve endemic problems that affect several urban communities and rural areas in close collaboration with development partners.

This dissertation aims to analyze the influence of the Guinean executive on the sustainable management of non-governmental organizations operating in the country. The study addresses the political, administrative, legislative and cooperation instruments used by the State to inform the process of implementing a harmonization framework between the parties involved in the social sector.

The research covers Guinean literature, highlighting the work of several non-governmental organizations in the fight against poverty, eradicating hunger, promoting gender equality, and improving the quality of the health and education system. The evidence presented is based on the qualitative research method, using the case study approach.

As a main conclusion, there is a significant participation of potential partners in defining the objectives of the non-governmental organizations sector in Guinea-Bissau, due to their ability to provide financial, material and technical resources that the State does not have, becoming instruments essential for adapting social responses.

**Keywords:** *non-governmental organizations, social public policies, development, sustainability, social well-being.*

### **Acrónimos/Siglas**

**ACNUR-** Alto comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

**AFDB-** Banco Africano de Desenvolvimento.

**AMIC-** Fundação Amílcar Lopés Cabral.

**ALAIM-** Academia livre de artes integradas do Mindelo, Cabo Verde.

**BAD-** Banco Africano de Desenvolvimento.

**BADEA-** Banco Árabe para Desenvolvimento em África.

**BOAD-** Banco Oeste Africano de Desenvolvimento.

**BM-** Banco Mundial.

**BCEAO-** Banco Central dos Estados da África Ocidental

**BEI-** Banco Europeu de Investimento

**CC-** Código Civil.

**CRGB-** Constituição da República da Guiné-Bissau.

**CUA-** Comissão da União Africana

**CTDS-** Conselho de Trabalho e de Diálogo Social (UEMOA).

**CNPI-** Comissão Nacional de Proteção da Infância GB.

**COV-** Comissão de Órfãos e Crianças Vulneráveis.

**CEDEAO-** Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

**CERCOM-** Célula das ONG para Gestão de Crise.

**FAO-** Organização das Unidas para Alimentação e Agricultura.

**FMI-** Fundo Monetário Internacional.

**FG-** Fundo Global.

**G.B-** Guiné-Bissau.

**GTO-** Grupo de Teatro Oprimido de Bissau.

**GOES-** Gestão de Organizações de Economia Social.

**OHADA-** Organização para Harmonização em África do Direito de Negócios.

**IMC-** Instituto de Mulheres e Crianças.

**INE-** Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau.

**LGDH-** Liga Guineense dos Direitos Humanos.

**NEPAD-** Nova Parceria para o Desenvolvimento da África.

**NPCA-** Agência de Planificação e Coordenação.

**ODS-** Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

**OMI-** Organização Internacional de Migração.

**ONGD-** Organização não Governamental para o Desenvolvimento.

**ONG-** Organizações não Governamentais.

**OSC-** Organização da Sociedade Civil.

**OSFL-** Organização Sem Fins Lucrativos.

**OIT-** *Organização Internacional de Trabalho.*

**OHCHR-** *Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos.*

**ONG-AD-** *Ação para Desenvolvimento.*

**OMS-** *Organização Mundial de Saúde*

**PLACOM-** *Plataforma de Concertação das ONG.*

**PNUD-** *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.*

**PAIGC-** *Partido Africano da Intendência de Guiné e Cabo Verde.*

**PALOP-** *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.*

**PAM-** *Programa Alimentar Mundial.*

**PLAN-** *Organização Sem Fins Lucrativos em defesa das crianças.*

**RAD-SWISSAID-** *Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação*

**SOLDAMI-** *Instituto de Amizade e Solidariedade.*

**SAB-** *Setor autónomo de Bissau.*

**UA-** *União Africana.*

**UNECA-** *Comissão Económica das Nações Unidas para África.*

**UNICEF-** *Fundo das Nações Unidas para Infância.*

**UNTG-** *União Nacional dos Trabalhadores da Guiné.*

**UE-** *União Europeia.*

**UE-PANNE-** *Programa de União Europeia aos Atores não Estatais.*

**UEMOA-** *União Económica Monetária Oeste Africano.*

**UNFPA-** *Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais*

**VIDA-** *Voluntário Internacional para Desenvolvimento Africano.*

**XI-FED PROGR GB-** *11º Programa de Fundo Europeu para o Desenvolvimento à Guiné-Bissau.*

## Índice

Dedicatória .....	i
Resumo .....	iii
Abstract .....	iv
Acrónimos/Siglas .....	v
Lista de Quadro e Gráfico .....	ix
1. Introdução.....	1
1.1 Fundamentação da pesquisa .....	2
1.1.1. <i>Os desafios e as perspetivas de estudo</i> .....	3
1.2. Objetivo geral e objetivos específicos.....	9
1.3 Estrutura da dissertação.....	11
2. Contexto africano e conceptualização das Políticas Públicas Sociais.....	12
2.1. A União Africana e as Políticas estratégicas para redução da pobreza .....	12
2.2. Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 .....	14
2.3. Das políticas públicas.....	16
2.4. Modelos teóricos para análise das políticas públicas.....	19
2.4.1. <i>Modelo sequencial ou do ciclo político</i> .....	20
2.4.2. <i>Modelo dos fluxos múltiplos</i> .....	21
2.4.3. <i>O modelo de equilíbrio interrompido</i> .....	23
2.4.4. <i>O quadro teórico das coligações de causa ou de interesse</i> .....	24
2.5. Do Controlo social das políticas públicas sociais.....	27
2.6. Das organizações da sociedade civil.....	29
2.7 União Europeia e os mecanismos de apoio às organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau.....	34
2.8. Avaliação de sustentabilidade das organizações sem fins lucrativos.....	36
3. Contexto organizacional e jurídico-legal na Guiné-Bissau .....	40
3.1. Modelo de funcionamento das Organizações da Sociedade Civil.....	40

3.2. O Conselho Permanente de Concertação Social.....	43
3.3. Quadro legal das Organizações não Governamentais (ONG) e as organizações da sociedade civil (OSC).....	47
4. Metodologia .....	50
4.1. Dados secundários.....	50
4.2 O modelo de análise .....	51
4.2. Caracterização do caso.....	52
4.3. As entrevistas.....	58
4.4. Resultados por níveis de análise .....	60
4.4.1. <i>Interpretação dos resultados</i> .....	61
4.4.1.1 <i>Harmonização entre setor público e as organizações não governamentais (ONG)</i> .....	61
4.4.1.2 <i>Os efeitos da competição entre ONGDs, ONG locais e setor público no mercado</i> .....	62
4.4.1.3 <i>O papel do governo na regulamentação de ecossistema</i> .....	64
4.4.1.4 <i>O modelo de gestão e sustentabilidade institucional</i> .....	66
4.4.2. <i>Análise de fluxo de financiamento dos projetos sociais da ONGD VIDA</i> ....	68
5. Considerações finais.....	70
5.1. Conclusões .....	70
5.1. Limitações de estudo.....	73
6. Referências .....	74
6.1. Referências jurídicas .....	79
6.2. Boletim oficial da República da Guiné-Bissau.....	80
7. Entrevistas.....	81
7.1. Guião da entrevista .....	81

### **Lista de Quadro e Gráfico**

Figura 1. Zonas por regiões administrativas da Guiné-Bissau .....	4
Figura 2: Quadro de implementação para primeira década (Agenda 2063) .....	13
Figura 3: Propósito das políticas públicas sociais .....	18
Figura 4: Modelo dos fluxos múltiplos .....	21
Figura 5: Gráfico de distribuição por tipologia das OSC .....	41
Figura 6: Espaço de concertação das ONG e as suas dimensões.....	42
Figura 7: Orgânica do conselho permanente de concertação social .....	44
Figura 8: Dimensão, fluxo de processo decisório.....	46
Figura 9: Ciclo da influência.....	51
Figura 10: Órgãos sociais e a representação da (ONGD-VIDA) na Guiné-Bissau .....	56
Figura 11: Cronologia: projetos desenvolvidos na Guiné-Bissau .....	57
Figura 12: Perfil dos entrevistados.....	59
Figura 13: Matriz de correspondência entre perguntas e respostas.....	60
Figura 14: Financiamento por área de intervenção .....	69

## **1. Introdução**

Este estudo incide sobre o papel do governo guineense em garantir o bom funcionamento das Organizações Não Governamentais (ONG), através da formulação de políticas públicas sociais que sejam credíveis, coerentes e eficazes.

Um estudo voltado para as Organizações da Sociedade Civil (OSC) implica, necessariamente, uma abordagem diversificada das políticas públicas sociais. Essa abordagem pode contribuir para aprimorar as práticas de tomada de decisão, especialmente considerando o contexto de aparente recessão econômica e governança fragilizada, levando o país a buscar diversas parcerias nacionais e internacionais como estratégia diplomática para enfrentar os riscos sociais prominentes.

Com base em dados do Relatório de Desenvolvimento Humano de Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) sobre pobreza multidimensional, que abrange indicadores relacionados à nutrição, mortalidade materna, educação, igualdade, saneamento e eletricidade, a Guiné-Bissau ocupa a 11ª posição entre 120 países no ranking do pior índice mundial de pobreza multidimensional (PNUD, 2023).

Face a estas informações, os posicionamentos dos parceiros internacionais tornam cruciais para mitigar os problemas presentes no país, promovendo a boa governança, estabilização econômica e financiamento direto ou indireto de projetos sociais em resposta ao contexto. Porém, o objetivo é procurar a consolidação da mudança de paradigma, enfrentando perturbações causadas por instabilidade política cíclica, resultando em desigualdades econômicas e sociais em larga escala.

Com a chegada da era democrática, a Guiné-Bissau experimentou uma reconfiguração estrutural em prol da consolidação da democracia e do desenvolvimento sustentável. O processo foi impulsionado por estratégias políticas que garantem os inalienáveis direitos sociais explicitados na Constituição da República de Guiné-Bissau.

Na década de 90, verificou-se uma transformação significativa no terceiro setor, resultando na proliferação de OSC, tanto em termos de tipos quanto de áreas de atuação. Isso estimulou a participação em massa das comunidades em projetos sociais direcionados aos mais necessitados.

Os sucessivos governos guineenses enfrentaram consideráveis desafios para fazer com que os desígnios do Estado, que incluem garantir educação de qualidade,

saúde, infraestruturas, habitação, assistência social, meio ambiente, cultura, entre outros, chegassem efetivamente aos cidadãos.

Essa ineficácia tem levado a uma participação maciça de atores e organizações não estatais na governança local, visando melhorar a qualidade de vida dos habitantes. Destacam-se as ONG, fundações e cooperativas, que organizam suas intervenções com o objetivo de mitigar os problemas de pobreza extrema no país, especialmente nas áreas rurais, consideradas o epicentro dessa questão, onde as vulnerabilidades são mais evidentes.

O envolvimento da comunidade em projetos de OSC pode ser caracterizado de duas formas. Primeiramente, como um reconhecimento da incapacidade do governo em definir políticas públicas sociais adequadas ao contexto. Em segundo lugar, como uma necessidade de participação e controle social no processo de emancipação das políticas públicas, por meio do engajamento regular de Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), estabelecendo um diálogo contínuo entre as partes envolvidas.

### **1.1 Fundamentação da pesquisa**

Em diversos países africanos, especialmente na costa ocidental da África, a dinâmica dos relacionamentos entre ONG e governos pode variar significativamente devido ao contexto específico. Por um lado, muitas dessas organizações desempenham um papel crucial no fornecimento de serviços públicos (Deserranno, 2023); por outro lado, algumas são percebidas como tóxicas e hostis, acusadas de interferir em assuntos internos do país ou de representarem uma ameaça à soberania nacional (Deserranno, 2023).

As circunstâncias resultam em uma série de restrições para as atividades do terceiro setor, incluindo proibições de atividades específicas e a suspensão de registos, licenças e isenções aduaneiras (Deserranno, 2023). Em geral, as decisões governamentais exercem influência sobre a operação dos parceiros de desenvolvimento, sendo o governo a entidade máxima que regula o funcionamento das instituições por meio de instrumentos legais, tais como a Constituição da República, convenções internacionais, leis, decretos-lei, despachos, memorandos, entre outros, que estabelecem uma base normativa para a relação entre as instituições particulares e o governo.

As proposições mencionadas serão objeto de uma análise abrangente das realizações quantificadas (output), resultando nos impactos e mudanças decorrentes das realizações (outcomes).

Contudo, a pesquisa busca compreender os antecedentes intimamente ligados ao poder de decisão sobre políticas públicas sociais. Os desafios atuais e a conjuntura social conduziram a uma nova perspectiva, destacando a economia social baseada em inovação social e na resiliência da sociedade civil por meio de suas organizações.

Como é de conhecimento da comunidade internacional, a Guiné-Bissau tem sido consistentemente caracterizada como um país de baixo rendimento, enfrentando uma miríade de problemas sociais complexos e diversos.

A constante instabilidade sociopolítica tem um efeito significativo na economia do país, dificultando a implementação de medidas adequadas para atender às necessidades básicas da população, especialmente nas áreas da educação e saúde.

#### *1.1.1. Os desafios e as perspectivas de estudo*

A ausência da implementação de autarquias e a carência de um poder local forte e sustentável na Guiné-Bissau destacam o distanciamento do setor social. É possível afirmar que há uma participação limitada do Estado nas diversas regiões do país, diante dos indícios de agravamento dos problemas socioeconômicos. A resolução destas questões fica sob a orientação direta do governo central de Bissau

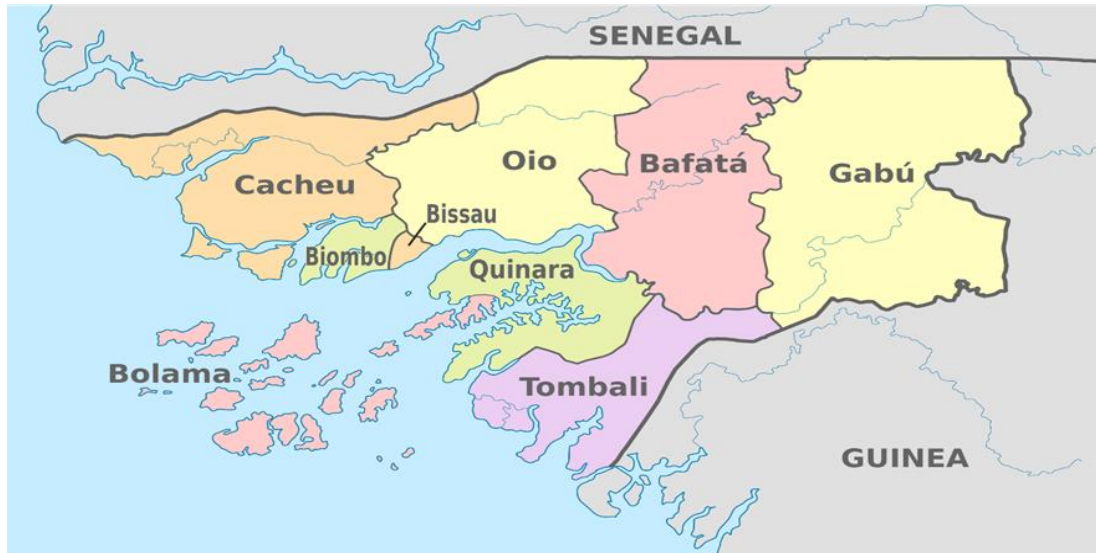
A estrutura central se depara com uma considerável escassez de recursos para enfrentar os desafios das políticas públicas sociais, cujo propósito é garantir o bem-estar da população em conformidade com a distribuição populacional e as expressões culturais. Isso inclui a consideração das diversas etnias e culturas dos residentes em várias regiões, setores, secções e tabancas. Em outras palavras, a fragilidade do governo central em todas as subestruturas regionais- uma situação que se agrava ao longo do tempo devido à falta de capacidade de resposta.

A divisão administrativa do território da Guiné-Bissau (figura 1) baseia-se em três províncias: Província Norte, Província Sul e Província Leste, além de oito regiões administrativas e o setor autónomo de Bissau (SAB), que compreende:

- Zona Norte: Região de Cacheu, Biombo e Oio;
- Zona Sul: Região de Quinara, Tombali e Bolama (Arquipélagos);

- Zona Leste: Região de Bafatá e Gabu;
- SAB.

Figura 1. Zonas por regiões administrativas da Guiné-Bissau



Fonte: ONU-Habitat, GB (2019)

As regiões mencionadas, à exceção do SAB, enfrentam um elevado risco de vulnerabilidade social e precariedade em áreas como saneamento básico, educação, saúde, problemáticas de género e desenvolvimento rural, há várias décadas, apresentado no último censo (INE-GB, 2014).

Os orçamentos gerais do Estado de 2014 a 2019 apresentaram perspectivas politicamente ambiciosas, visando o relançamento da economia nacional por meio do estímulo ao setor privado e, conseqüentemente, aumento das receitas fiscais do executivo (Ministério das Finanças, 2020). O objetivo era melhorar a vida das pessoas no país, criando condições graduais em setores-chave do desenvolvimento.

Simultaneamente, a rede de ONG, tanto nacionais quanto internacionais, tem desenvolvido intervenções em função de suas capacidades para dar seguimento às estratégias nacionais. No entanto, as oportunidades e projetos sociais em curso não dependem exclusivamente das instituições públicas guineenses (Augel, 2007).

A falta de informação frequentemente restringe os beneficiários dos projetos, sejam eles comunidades ou grupos focais, limitando sua capacidade de escolher

iniciativas alinhadas com suas expectativas. Isso os enfraquece-os no domínio da competência de fiscalização e avaliação recíproca entre o Estado e as OSC atuantes.

A relação entre as ONG e os potenciais parceiros, tais como doadores e financiadores, requer análises extensas e intuitivas para compreender os impactos. A falta de colaboração institucional entre as OSFL e outras modalidades de projetos sociais independentes é notável, apesar da partilha de propósitos e objetivos. No entanto, estas incompatibilidades persistem ao ponto de implicar grandes mudanças nas organizações, que possuem uma enorme capacidade de influência no país.

Os potenciais parceiros, financiadores e atores diretos ou indiretos em atividades desenvolvidas pela classe de OSFL, incluem a União Europeia (UE), PLAN, PNUD, Banco Mundial (BM), UNICEF, Fundo Global, OMS e outras estruturas representativas da Organização das Nações Unidas, colaborando com outros organismos internacionais.

As falhas estratégicas das agências de desenvolvimento são apontadas como um dos problemas que resultam nos fracassos de projetos sociais em vários países africanos. Isso destaca a falta de consideração abrangente de elementos de convergência, como a fraca integração de valores socioculturais e econômicos na estratégia para a promoção do bem-estar inclusivo.

Numa perspetiva crítica, as abordagens das agências de desenvolvimento internacional são percebidas como mecanismos de continuação das dependências técnicas e financeiras dos países africanos na construção do desenvolvimento humano e sustentável, sob a influência das grandes economias mundiais.

De acordo com Barros (2022), essas agências destacam-se como interlocutores diretos entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou em via de desenvolvimento, notavelmente o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a União Europeia (UE).

A crítica central reside no facto de que os projetos de intervenção dessas instituições estão predominantemente direcionados para África. Isso sugere uma finalidade estratégica de controlar permanentemente as evoluções económicas, sociais e políticas dos países africanos sob o patrocínio dessas agências, colocando-os numa situação de pouca alternativa ao sistema vigente. As instituições acima referenciadas,

por um lado buscam melhorar o funcionamento de uma ampla rede OSC, com ideias muito específicas para alcançar resultados eficientes e eficazes.

No entanto, de acordo com Barros, (2022) destaca-se um conjunto de políticas reformistas para fortalecer as ideologias de cooperação e desenvolvimento em três pontos indispensáveis:

- Conceito de liberalização económica: Este conceito clássico surge para fortalecer a economia de mercado, com ênfase no setor privado, para gerar riquezas e autonomia, apoiando assim os projetos sociais por meio de políticas que envolvem a responsabilidade social.
- Liberalização do sistema político: Busca apoiar transições políticas em países com regimes autoritários, promovendo a transição para regimes democráticos e fomentando a participação de atores não estatais nas tomadas de decisão.
- Apoio e financiamento de projetos sociais: Em particular, direciona apoio às ONG como entidades que assumem respostas diretas à vulnerabilidade social nas comunidades, com capacidade de providenciar, proteger e conscientizar.

A ação combinada dos três pontos mencionados implica assegurar um espaço de concertação entre as partes envolvidas na definição das prioridades de ajustamento estrutural para o relançamento do setor social e da economia nos países em desenvolvimento. Nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), essas medidas são percebidas como um alívio para os governos que enfrentam dificuldades financeiras e técnicas para mitigar problemas que afetam principalmente as comunidades rurais (Barros, 2022).

Segundo Barros, (2022), no contexto da Guiné-Bissau, as OSC inicialmente recebem apoio técnico do governo. Para garantir a eficácia institucional, o governo implementou um sistema visando fortalecer as capacidades internas das ONG nacionais. Contudo, em um certo período, o Estado perdeu a capacidade de acompanhamento, resultando no controle absoluto dos projetos sociais pelas agências de desenvolvimento devido ao enfraquecimento do mercado e da economia.

Angola e Moçambique, que passaram por experiências de guerra civil, viram uma intervenção mais centrada na emergência humanitária, com predominância de ONG internacionais. Essa abordagem foi prejudicada por hostilidades e boicotes por regimes políticos autoritários, considerados violações dos direitos humanos (Barros, 2022).

Em Cabo Verde, a transição política permitiu uma maior liberdade para as intervenções das organizações da sociedade civil. A diáspora cabo-verdiana desempenha um papel crucial na sustentabilidade das bases comunitárias por meio de remessas e parcerias com organizações estrangeiras.

E relativamente a São Tomé e Príncipe, também as suas particularidades assentam na falta de construção das estruturas funcionais da organização da sociedade civil o que o tem diferenciado de outros países lusófonos.

De facto, a análise tem destacado a ideia de que a liberalização econômica não implica necessariamente a democratização da economia mundial, promovendo a equidade e coesão social, em resposta aos desafios conjunturais. A ausência de mecanismos endógenos de financiamento do setor público para OSC resulta em uma interdependência estrutural insuficiente entre potenciais parceiros, afetando a implementação de projetos sociais e diminuindo a clarividência na missão e a melhoria da qualidade na gestão dos parceiros (Barros, 2022).

As mudanças nas OSC na Guiné-Bissau têm repercussões significativas nas comunidades, considerando a vulnerabilidade abrangente do país em diversas áreas. O processo de consolidação das atividades das OSC é de extrema importância, uma vez que essas organizações desempenham um papel vital na resolução dos desafios socioeconómicos enfrentados pelo país.

É essencial que todos os 'stakeholders' (traduzindo, partes interessadas) permaneçam ativos nesse processo, contribuindo com os recursos necessários, compartilhando informações relevantes por meio de procedimentos administrativos, colaborando em rede com a academia para criar mais acessibilidade e interatividade nos trabalhos a serem desenvolvidos.

Os estudos realizados nesse contexto são de grande relevância, contribuindo para a consolidação da cientificidade nos propósitos da intervenção da política social e proporcionando uma visão mais integrada, influenciando as decisões dos gestores e avaliando a projeção e perspectiva dos projetos sociais.

A conjuntura socioeconómica do país evidencia, segundo algumas correntes de pensamento no país, que o Estado da Guiné-Bissau encara o terceiro setor como uma fonte de negócios ou uma economia de mercado formal, também conhecido como "setor lucrativo". Essa abordagem sugere, pois, a falta de uma visão estratégica por parte do

governo em relação ao terceiro setor, subestimando a sua natureza política. Tal tem gerado o levantamento de diversas questões.

As ONG são percebidas como componentes importantes desse cenário, formando um circuito económico consistente e sendo vistas como grandes multinacionais devido ao alto índice de empregabilidade que proporcionam.

Elas têm acesso facilitado aos fundos internacionais, empregam mão de obra qualificada, promovem o desenvolvimento de carreiras e contribuem para a inclusão social. Além disso, proporcionam oportunidades de emprego para recém-graduados e licenciados das universidades locais, contribuindo assim para o desenvolvimento humano e económico do país.

De acordo com Costantini, (2018) a presença significativa do terceiro setor, representada principalmente por ONG, desempenha um papel crucial na dinâmica socioeconómica da Guiné-Bissau. Este facto proporciona um modelo de análise extensivo das políticas públicas sociais do governo, levando a reflexões sobre a falta de harmonização entre o governo e o terceiro setor.

O terceiro setor, ocupando um papel considerável semelhante ao setor privado, atua como suporte económico e social, preenchendo lacunas e abordando insuficiências do mercado. Quando as estruturas das ONG são organizadas com objetivos definidos e recursos qualificados, elas fazem uma diferença significativa em diversas áreas de intervenção, contribuindo para a redução da vulnerabilidade social por meio da diminuição da taxa de desemprego.

A efetividade na mobilização de ação coletiva sobre as políticas públicas pode ocorrer em três dimensões (Barros, 2014):

- Governo: Através da clarificação das políticas públicas sociais, estabelecendo uma comunicação mais eficiente e uma colaboração mais estreita com o terceiro setor.
- Organizações da Sociedade Civil: Por meio de um novo modelo de gestão inclusiva e participativa, permitindo uma coordenação mais eficaz das atividades para atender às necessidades locais e nacionais.
- Comunidades: Envolvendo a participação ativa na prática de voluntariado e acompanhamento permanente das políticas públicas, garantindo que as ações estejam alinhadas com as necessidades reais da população.

Essa sinergia entre as estruturas de gestão comunitária e as entidades centrais ou regionais pode influenciar positivamente o processo de mobilização da comunidade em relação aos projetos da sociedade civil e seus parceiros.

A interação eficaz entre o governo, as ONG e as comunidades podem resultar em práticas administrativas mais eficientes e impactar positivamente o desenvolvimento socioeconómico do país.

## **1.2. Objetivo geral e objetivos específicos**

Face ao atrás exposto justifica-se a necessidade de aferir essas dinâmicas do governo em que as definições das políticas públicas sociais são vistas como “decisões” direcionadas às ONG, que por razões da sua natureza e particularidade do setor social acaba por implicar todas as OSC.

Esta realidade pode-nos garantir uma conclusão dos fatos de forma seletiva através de estudo de caso, que envolve a ONGD VIDA nos seguintes objetivos específico:

- a) Compreender como as decisões do governo influenciam nas atividades das ONG e, por conseguinte, a comunidade.
- b) Estudar a dinâmica do funcionamento das ONG como membros da OSC e as perspetivas futuras.
- c) Analisar o enquadramento jurídico-legal que garante a constituição e formalização e funcionamento das OSC guineenses.
- d) Aprofundar o conhecimento sobre o grau de influência dos parceiros de desenvolvimento envolvidos nos projetos sociais.

Os objetivos mencionados vão orientar a pesquisa para obter evidências sobre o funcionamento das ONG na Guiné-Bissau, considerando o contexto de um país de baixo rendimento, com um sistema democrático e uma governança frágil. De modo geral, procuramos recolher dados que ajudem a esclarecer a capacidade de eficiência e eficácia das políticas públicas em setores sociais de relevo para o desenvolvimento humano na Guiné-Bissau.

Na área da saúde pública, o desafio maior reside em superar os níveis elevados de mortalidade materna e infantil (UNICEF-GB, UNICEF, 2022). Os dados recentes revelam a fragilidade do sistema de saúde, sobretudo nas regiões onde as mortes no

primeiro mês de vida representam 43% do total de óbitos de menores de cinco anos, o que constitui um percentual preocupante na África Subsaariana. Adicionalmente, a Guiné-Bissau apresenta uma taxa de mortalidade materna estimada em 667 por 100 000 nados vivos, citado pela (UNICEF-GB, UNICEF, 2022).

Quanto ao setor educativo, apesar das melhorias observadas nos últimos anos com o apoio da comunidade internacional e da OSC, a Guiné-Bissau enfrenta obstáculos significativos no setor educativo.

De acordo com dados destacados no Plano Nacional de Educação, GB, UNICEF, & Humanite, (2022) estima-se que 48,9% da população ainda é analfabeta, uma vez que muitas crianças não entram na escola ou a abandonam precocemente.

As ONG desempenham um papel crucial em parceria com agências das Nações Unidas, a UE e outros parceiros internacionais. Essas organizações realizam ações como capacitação de técnicos, doação de equipamentos e sensibilização nas comunidades, concentrando-se em áreas vulneráveis.

A intervenção dessas organizações busca resolver questões complexas nas áreas mais vulneráveis da sociedade guineense. Os dados estatísticos destacam a importância dessas parcerias para o alcance da autossuficiência no processo de desenvolvimento sustentável.

A população guineense identifica as ações das ONG como práticas solidárias, incorporando-as nos traços socioculturais indispensáveis. As diversidades étnicas na Guiné-Bissau, expressas através das (Mandjuandades e Djidiundades) desempenham um papel vital na vida associativa do país. Segundo Teixeira (2005) “são percebidas, também, como instâncias formais de coesão social e de solidariedade, (...) mecanismos de articulação da política que a OSC encontrou para gerar a sua autonomia institucional e política no processo da democratização da Guiné-Bissau”.

A ONGD VIDA é uma instituição internacional com vasta experiência, atuando na Guiné-Bissau desde 1994. As suas intervenções e estudos têm desempenhado um papel significativo no desenvolvimento da literatura relacionada às ONG e OSC no contexto guineense.

A análise proposta vai além do funcionamento interno da ONGD-VIDA, abrangendo diversas dimensões.

A nível de relações exteriores, procuramos entender o grau de relacionamento com os utentes ou beneficiários, as massas comunitárias, o governo e sistema burocrático, quadro legal que engloba as OSC e por fim, as implicações dos parceiros internacionais enquanto (financiadores, doadores e voluntários).

Face à fundamentação da pesquisa que foi exposta, a questão fundamental do estudo é: como o governo tem contribuído para o funcionamento das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau?

### **1.3 Estrutura da dissertação**

A presente dissertação está estruturada nos seguintes capítulos e respetivos propósitos:

1. Introdução, em que expusemos os fundamentos e conceitos orientadores do estudo empírico de modo a justificar os objetivos e a questão de investigação.
2. Contexto africano e conceptualização das Políticas Públicas Sociais, tendo como tópicos de discussão:
  - a) A estratégia da União Africana para a redução da pobreza (Agenda 2063);
  - b) Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030;
  - c) O modelo de análise das políticas públicas e sociais e o conceito de Organização da Sociedade Civil;
  - d) Os mecanismos de apoio da União Europeia às organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau.
3. Contexto organizacional e jurídico-legal na Guiné-Bissau, dando especial relevo às organizações não governamentais organizações para o desenvolvimento pelo papel central que lhes é conferido neste trabalho.
4. Metodologia, centrada no estudo de caso, incluindo as fontes documentais de recolha de dados e as entrevistas acompanhadas da respetiva análise para efeito de recolha de evidência.
5. Considerações finais, incluindo as conclusões finais, recomendações e limitações do estudo.

## **2. Contexto africano e conceptualização das Políticas Públicas Sociais**

### **2.1. A União Africana e as Políticas estratégicas para redução da pobreza**

Os Estados e os governos, por inerência, fazem parte de blocos continentais, regionais e setoriais através de adesões voluntárias ou estratégicas, a fim de contribuir para assegurar o funcionamento das instituições por meio de parcerias ou acordos bilaterais/multilaterais com outros países.

É evidente que muitos dos países africanos enfrentam problemas básicos de sustentabilidade económica para dar resposta a uma variedade de situações de vulnerabilidade sociopolítica, e em várias ocasiões, permanecem insustentáveis para os governos, parceiros estratégicos do desenvolvimento e ONG.

Por ocasião dessas crises cíclicas que assolam o continente, em maio de 2013, a União Africana (UA) reuniu-se com vários líderes africanos na presença de representantes de OSFL, numa interação inclusiva para definir o futuro do continente. Na ocasião dessa cimeira, foram debatidas e definidas as prioridades estratégicas que poderão relançar o continente no cenário internacional. No entanto, apresentaram uma declaração solene com oito áreas emergentes: desenvolvimento social e económico; integração, governança, democracia, paz e segurança e o reforço da identidade (UA 2013).

Estas recomendações, que partem do princípio e contexto da visão da UA, as deliberações da cimeira designaram a Comissão da União Africana (CUA), apoiada pela Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), Agência de Planificação e Coordenação (NPCA), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA), para prepararem uma agenda continental para 50 anos através de um processo orientado para as pessoas, delineando a prosperidade do continente.

Após a adoção do documento-quadro da Agenda 2063 pela cimeira em janeiro de 2015, este plano é o primeiro de uma série de cinco planos de dez anos, num horizonte de 50 anos. Foi adotado na cimeira em junho de 2015 como base para a elaboração de planos de desenvolvimento a médio prazo nos Estados-membros da união, nas comunidades económicas regionais e nos órgãos da UA. Nesse contexto, foram identificados sistematicamente 20 objetivos em função dos 7 princípios e áreas prioritárias para os próximos dez anos da Agenda 2063.

Figura 2: Quadro de implementação para primeira década (Agenda 2063)

Aspiração	Objetivos
<p><b>1- Uma África próspera, baseada num crescimento Inclusivo e desenvolvimento sustentável.</b></p> <p><b>2- Um continente integrado politicamente unido e baseado nos ideais do pan-africanismo e na visão do renascimento africano.</b></p> <p><b>3- Uma África de boa governação, democracia, respeito pelos direitos humanos, justiça e o Estado de direito.</b></p> <p><b>4- Uma África pacífica e segura.</b></p> <p><b>5- África com uma forte Identidade cultural, herança, valor e ética comuns.</b></p> <p><b>6- Uma África cujo desenvolvimento seja orientado para as pessoas, confiando no potencial dos povos africanos especialmente no potencial da mulher, da juventude e onde a criança tem tratamento digno.</b></p> <p><b>7- Uma África como um parceiro e interveniente forte, unido, resistente e influente a nível mundial.</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Um padrão de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos.</li> <li>2. Cidadãos bem-educados e revolução de competências apoiada pela ciência, tecnologia e inovação.</li> <li>3. Cidadãos saudáveis e bem nutridos.</li> <li>4. Economias transformadas.</li> <li>5. Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção.</li> <li>6. Economia azul/oceano para um crescimento económico acelerado.</li> <li>7. Economias sustentáveis e resistentes às alterações climáticas.</li> <li>8. Estados Unidos da África (Federais ou Confederados)</li> <li>9. Instituições financeiras e monetárias continentais implementadas e funcionais.</li> <li>10. África com infraestruturas cruzadas de classe mundial.</li> <li>11. Valores democráticos, práticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do Estado de direito bem estabelecidos.</li> <li>12. Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas.</li> <li>13. Preservação da paz, segurança e estabilidade.</li> <li>14. Uma África estável e pacífica.</li> <li>15. Uma APSA totalmente funcional e operacional.</li> <li>16. Renascimento cultural Africano é preeminente.</li> <li>17. Plena Igualdade de género em todas as esferas da vida.</li> <li>18. Jovens e crianças envolvidos e capacitados.</li> <li>19. África como parceiro importante nos assuntos globais e coexistência pacífica.</li> <li>20. A África assume plena responsabilidade de financiar o seu próprio desenvolvimento.</li> </ol>

Fonte: UA (2013)

Os problemas mais proeminentes que envolvem a segurança do continente estão associados ao modelo de governança local, ou seja, a falta de estabilidade política, que referimos em várias passagens, tem sido muito crucial e constante no processo de consolidação da democracia no continente. Isso ainda sustenta a

instabilidade que impacta diretamente a vida económica e social dos países membros da organização.

A falta de acesso a uma educação de qualidade tem contribuído para um ciclo de carência de formação e capacitação dos líderes no domínio da liderança e gestão. Perante estas evidências, compromete os resultados institucionais e, por conseguinte, o desenvolvimento da comunidade. Por isso, no plano de intervenção da UA, os Estados-membros signatários compromete-se a adotar esta matriz para mitigar os problemas identificados ao nível do continente.

Isso significa que os problemas sociopolíticos se sobrepunham aos problemas económicos e tecnológicos, apesar das interdependências setoriais, mas com soluções extremamente limitadas e impactos de baixa intensidade.

Ao revisar os objetivos estratégicos delineados pela CUA, verifica-se claramente a dificuldade do continente em superar problemas sociais endémicos, sobretudo na persistência da pobreza em várias nações, alimentando este ciclo de subdesenvolvimento permanente.

## **2.2. Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030**

A redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável têm sido prioridades globais ao longo dos anos, e os Estados-membros das Nações Unidas têm unificado esforços estratégicos para a implementação das metas definidas como consenso viável para a redução da desigualdade social e problemas subjacentes.

No entanto, em 2015, os líderes mundiais assumiram um compromisso significativo com a humanidade durante a Cimeira das Nações Unidas, ao definirem e comprometerem-se unanimemente com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Esse compromisso é adotado por todos os 193 países com assento na ONU, conforme citado pelo (ODS-BCSD 2023). Os objetivos estão estruturados em torno dos cinco princípios de sustentabilidade:

- **Pessoas:** Erradicar a pobreza e a fome em todas as dimensões e a promover a igualdade
- **Prosperidade:** Garantir vidas plenas e prósperas em harmonia com a natureza.
- **Planeta:** Proteger os recursos naturais e promover um clima sustentável, incluindo a biodiversidade.

- Parcerias: Implementar a agenda por meio de uma parceria sólida.
- Paz: Promover uma sociedade pacífica, inclusiva e justa.

Este plano ambicioso realça a importância de os países com alto e baixo rendimento partilharem ideias e progressos de forma simultânea, visando o benefício mútuo. Em alguns casos, foram identificadas metas imprescindíveis a serem alcançadas

Face à conjuntura mundial atual não será tarefa fácil o alcance das metas devido às crises económicas de larga escala. O contexto condiciona, assim, os apoios suficientes às economias mais vulneráveis, mas a grande diferença entre os Estados-membros não compromete o envolvimento neste processo.

Esta ideia converge instantaneamente com as políticas da UA para a redução da pobreza e, conseqüentemente, o desenvolvimento do continente. Ou seja, as partes dos objetivos mundiais delimitadas serão supervisionadas pelas estruturas competentes da UA, que irá reportar à ONU sobre o estado de evolução do continente.

Assim, visando assegurar o funcionamento das instituições e um desenvolvimento sustentável, os principais objetivos mundiais ODS-BCSD (2023) para a redução da pobreza, são:

- ODS (1): Erradicar a Pobreza

Este objetivo visa eliminar a pobreza em todas as dimensões, através da criação de políticas de proteção social adequadas, garantindo que todos tenham os mesmos direitos perante o sistema. Isso inclui medidas específicas para grávidas, crianças, idosos, deficientes, aposentados e incapacitados. No âmbito económico, busca promover o rendimento básico para elevar o poder de compra dos mais afetados em todas as faixas etárias.

- ODS (3): Saúde de Qualidade

Este objetivo promove a ideia de bem-estar para todos por meio de políticas de saúde de qualidade. As metas incluem a redução da taxa de mortalidade global, a erradicação de mortes precoces, o combate às epidemias e a criação e expansão de postos sanitários com equipamentos modernos. No âmbito da prevenção, busca-se reforçar os controlos sanitários nos tratamentos, bem como o uso excessivo de substâncias tóxicas, implementando mecanismos adequados de reabilitação.

- ODS (4): Educação de Qualidade

Este objetivo visa promover uma educação inclusiva e de qualidade em todas as faixas etárias, eliminando preconceitos de género na educação. As metas incluem melhorar a proporção de crianças e jovens nos segundo e terceiro anos do primeiro ciclo, bem como, ao final do terceiro ciclo básico, atingir um nível mínimo de proficiência em temáticas diversificadas.

- ODS (17): Parceria para a Implementação dos Objetivos

Este objetivo visa modernizar o modelo de parcerias entre Estados, sociedade civil, instituições internacionais e outros intervenientes para alcançar as metas de sustentabilidade. Visa ajudar os países de baixo rendimento melhorar sua economia (rendimento nacional bruto) por meio de apoios internacionais e mecanismos internos de recolha de receitas públicas.

### **2.3. Das políticas públicas**

Dada a complexidade do estudo, torna-se indispensável a compreensão dos termos como mecanismos para tornar as principais dinâmicas do estudo o mais explícitas possível.

O foco recai sobre as políticas públicas sociais, termos usados para designar diversas variáveis sociais.

“[políticas públicas] o termo surgiu nos Estados Unidos da América e consolidou como a disciplina, pós-guerra, as condições políticas, económicas e sociais eram complexas e insustentáveis. Justifica o aumento da pressão social ao Estado, assistia-se o alargamento das áreas de intervenção do Estado na resolução dos problemas, exigir as informações sobre os mais variados setores educação à saúde, transporte, segurança e planeamento urbano” (Parsons, 1995).

Os cientistas sociais Norte-Americanos Harold Lasswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton, são considerados os fundadores do estudo das políticas públicas, como área científica autónoma, pelos trabalhos desenvolvidos nos anos 50 (Fisher et al., 2003).

Neste feito Lasswell (1948) introduz a expressão *Policy Analysis (análise de políticas públicas)*, enfatizou a análise do processo político como objetivo de estudo alternativo aos objetos tradicionais da ciência política; isto é, como pontos alternativos

dos centros da decisão do Estado, constituição, legislaturas, grupos de interesse, grupos sociais, e questão do poder.

A relevância deste estudo pioneiro contribuiu de forma decisiva para a afirmação das políticas públicas como ciências sociais aplicadas, criando condições estruturais para a análise do estudo com etapas bem definidas.

O destaque vai para a realização de uma entrevista exploratória que sustenta várias temáticas, especialmente no que diz respeito ao tema do projeto e ao enquadramento dos conceitos. Como mencionado, isso irá fornecer pistas para delimitar as nossas referências.

No que respeita às políticas públicas, podem ser consideradas várias tipologias de intervenção, dependendo das prioridades do seu principal executor, neste caso, o Estado-governo. Essas intervenções podem ocorrer nos domínios económico, social, infraestrutural, saúde, educação, combate à pobreza/desigualdade e consolidação da democracia.

Obviamente, o papel de qualquer Estado-governo é garantir essas condições para a população. No entanto, mesmo com essas evidências, surgem vários fatores que colocam em causa a governabilidade e que se deparam com desafios, como níveis de competitividade elevados nos mercados mundiais, monopólios e instabilidade política.

A inaplicabilidade dos deveres estatais conduz-nos ao estudo de políticas públicas sociais, levantando diversas questões. Se o Estado, por meio do governo, não possui as capacidades necessárias para assegurar seus deveres básicos, questionamos os motivos e o porquê dessa insuficiência. Qual é a relação com a população face a essa incapacidade?

Essas indagações levam-nos a explorar as causas e implicações da falta de aplicação dos deveres estatais, analisando como isso afeta diretamente a interação entre o Estado e a população afetada.

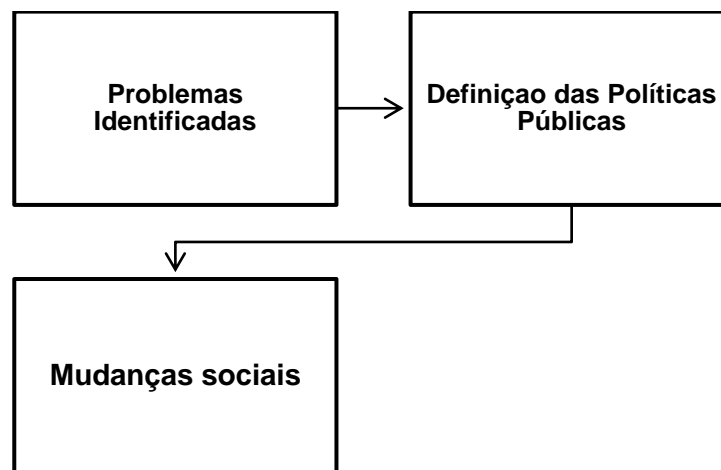
Na mesma linha, Peters, (2015) define as políticas públicas como o conjunto de atividades que os governos empreendem com a finalidade de mudar a sua economia e sociedade. Também Saraiva & Ferrarezi (2006) sublinha que uma política pública social envolve fluxo de decisões públicas orientadas a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a mudar a realidade.

Isso requer uma resposta eficiente e eficaz, e por esses motivos estarão expostas ao condicionalismo e à observância do plano estratégico. Isso faz com que

seja necessário a implementação de decisões com o objetivo de minimizar problemas nos setores que determinam as prioridades estratégicas.

O mais importante nesses dois últimos conceitos das políticas públicas é que os autores chegaram a um ponto de convergência: confiar a execução das políticas públicas como causa e efeito. Por outras palavras, quanto mais definimos as estratégias para a resolução dos problemas, maior é a possibilidade de gerar mudanças sociais, independentemente dos resultados. Nesta ótica, é preciso ter muito foco em estudar diferentes situações detalhadamente a fim de obter os resultados desejados (Fig. 3).

*Figura 3: Propósito das políticas públicas sociais*



Fonte: Adaptado (Rosa & Luciana Leite Lima, et al, 2021)

Na Guiné-Bissau, questiona-se muito a eficácia das políticas públicas, especialmente nos setores do desenvolvimento de projetos e dos programas de sustentabilidade.

O debate desenvolvido em torno desta temática, é urgente e pode ser considerado como um modelo crítico em relação às decisões públicas desenvolvidas pelo Estado ou governo. Noutra perspetiva, reforça a questão do acompanhamento e participação das organizações não governamentais e outros membros da sociedade civil na tomada de decisões governativas.

Geralmente, observa-se uma baixa produção de literatura sobre este conceito, o que impossibilita fundamentar eficientemente as dinâmicas estratégicas no processo supracitado. Por outras palavras, reproduzir uma analogia coerente com evidências científicas sobre as definições das políticas públicas sociais é desafiador.

No entanto, as intervenções do governo em busca de soluções são percebidas como práticas do quotidiano, sendo que a divulgação dessas práticas é muitas vezes censurada, limitando assim a sua visibilidade para a população.

Esse bloqueio de acesso à informação não apenas condiciona os mecanismos técnicos da sua implementação efetiva, mas também limita as oportunidades de produzir conhecimentos sobre o tema.

O virar da página ocorreu a partir do século XIX, quando a atividade estatal passou a ser racionalizada com suporte científico. No campo das ciências sociais, esse período foi marcado por consensos profundos que compartilhavam a ideia de que era possível solucionar problemas sociais por meio da experiência e conhecimento apropriado, associados às investidas de técnicas específicas.

Parsons (2007) afirma que *“a noção segundo a qual o mundo estava cheio de enigmas e problemas que poderiam ser resolvidos por meio de aplicação de razão e do conhecimento humano está na base do desenvolvimento do enfoque de políticas públicas”* (adaptado de Capella, 2018; p.15).

#### **2.4. Modelos teóricos para análise das políticas públicas**

A par destas perspetivas teóricas apresentadas, levantam-se preocupações para compreender as variáveis socioculturais, políticas e económicas em torno das decisões tomadas. Isso inclui a análise de padrões e explicações causais das instituições, dos atores envolvidos, das ideias e de outras variáveis de natureza cognitiva.

Nos diferentes modelos de análises das políticas públicas distinguem-se os objetos de estudos diferenciados assim com a questão de análise que podem ser abrangentes ou restritas. Como afirma John (1998), citado por Araújo & Rodrigues (2017): *“As abordagens não são rivais; podem complementar-se e tornar-se parte da explicação”*.

Acompanhando o trabalho das investigadoras Luísa Araújo e Maria de Lurdes Rodrigues (Araújo & Rodrigues, 2017) apresentamos, de seguida, os quatro modelos teóricos e analíticos das políticas públicas que nos levarão a uma interpretação dos problemas e processos das políticas públicas: (1) modelo sequencial ou do ciclo político; (2) modelo dos fluxos múltiplos; (3) modelo de equilíbrio interrompido e (4) o quadro analítico das coligações de causa ou de interesse.

#### 2.4.1. *Modelo sequencial ou do ciclo político*

Para este modelo desenvolvida por Lasswell (1995), o objetivo não é explicar ou tentar explicar como funciona o sistema político, mas sim compreender os modos da ação pública, demonstrar as sequências e as roturas imposta pelo sistema, bem como quadro jurídico geral que são restritas para o desenvolvimento específico das políticas públicas sociais.

No modelo sequencial, as políticas públicas são tomadas como resultado de um processo que se desenvolve por fases, num circuito político que se repete, ou seja, sugerindo a decomposição em fases subsequentes, relacionadas de uma forma lógica. A desagregação do processo em etapas pretende facilitar a análise em torno do mesmo e tornar mais compreensível a sua substância.

Desta forma, as intervenções do Estado face aos problemas sociais identificados são orientadas e analisadas por fases em cada contexto de ação, aguardando assim os efeitos ou mudanças que lhe ocorrem através de *feedback*.

Lasswell (1956), segundo Araújo & Rodrigues (2017), constrói então um mapa conceptual em que propõe sete etapas para análise das políticas públicas: *informação, promoção, prescrição, inovação, aplicação, conclusão e avaliação*.

Com base nesta definição de Lasswell surgiram novas abordagens dos modelos de análise das políticas públicas. Assim, na perspetiva de Jones (1984), citado por Araújo & Rodrigues (2017), as políticas públicas classificam-se em nove etapas: *perceção do problema; agregação; organização; modelo de representação, público-alvo; agendamento; formulação; orçamentação; concretização e avaliação*.

Na perspetiva de Jones (1984), o modelo sequencial tem as suas limitações, como qualquer outra opinião científica, o que gerou muitas críticas por parte de alguns académicos, invocando assim que o modelo de análise era muito restrito e sustenta uma visão artificial da política pública.

Tal é o caso de Parsons (1995) para quem “o modelo do ciclo político não é um modelo causal, que não pode ser empiricamente testado e que privilegia uma análise *top-down* do processo”, ignorando os diferentes níveis de decisão e diversidade das partes envolvidas (*idem*).

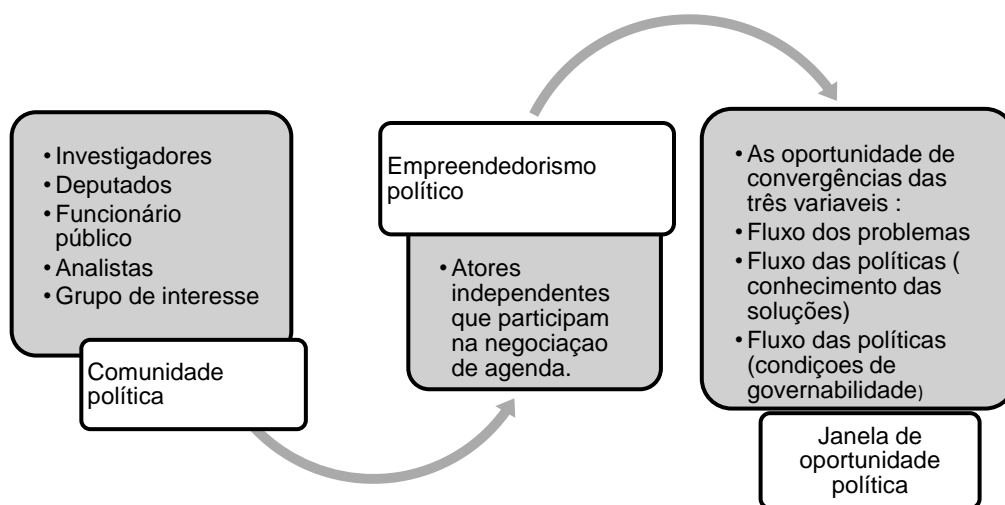
#### 2.4.2. Modelo dos fluxos múltiplos

Segundo Araújo & Rodrigues (2017) este modelo foi desenvolvido por (Kingdon, 2011) no seu trabalho intitulado *Agendas, Alternatives and Public Policies*. O autor procura explicar como é que os problemas captam a atenção da sociedade civil e dos poderes políticos instalados até ao ponto de constar nas agendas da ação pública.

Realmente nem todas as questões se transformam em problemas políticos suscitando a intervenção do governo, apenas algumas delas. Assim, segundo as investigadoras atrás referidas, neste modelo teórico procura-se responder às seguintes questões: a) porquê é que os governos/decisores políticos prestam mais atenção a um problema em detrimento das outras; b) qual é a razão da alteração da agenda política ao longo do tempo? c) como é que os decisores políticos selecionam soluções para os problemas de entre vasto conjunto de alternativas?

Recorrendo a uma espécie de “metáfora” baseada em fluxos, o modelo apoia-se em diversos atores influenciadores da decisão política suscetível de gerar um impacto social. Assim, a comunidade política debate as questões que envolvem a problemática social, promove a construção de difusão de ideias em diferentes espaços de concertação social da vida pública, enquanto os empreendedores políticos procuram conciliar as partes envolvidas no processo para implementação de agenda, como podemos constatar na (Figura 4).

Figura 4: Modelo dos fluxos múltiplos



Fonte: Adaptado, Araújo & Rodrigues (2017)

Os fluxos propriamente ditos incluem o fluxo de problemas e o fluxo da política. No chamado fluxo de problemas é importante estabelecer uma distinção entre *problemas e questões*: uma questão pode ser definida como um conjunto de abordagens socialmente compreendidas que se transformam num problema quando as partes envolvidas - “*decisores políticos*” - procuram encontrar uma solução para a questão. Isso muitas vezes implica a projeção da questão, invocando assim a quantidade necessária de recursos para dar respostas sociais adequadas, que por vezes podem ser insustentáveis.

Entretanto, a escassez dos recursos materiais e financeiros pode influenciar as decisões que visam a implementação da agenda; porém, é imperativo trabalhar seriamente nos dados e informações para elaboração perfeita de narrativas das causas dos problemas e possíveis soluções.

Quanto ao fluxo da política, Kingdon (2011) definiu como modelo alternativo proporcionado dentro da comunidade politicamente organizada, do mesmo modo que os eventuais consensos ocorrem no processo de persuasão e de difusão das ideias.

Em vários casos os problemas não são identificados previamente, ou seja, são definidas as soluções depois dos problemas acontecerem, e o autor acrescenta, ainda, o compromisso das alternativas porque elas são cruciais na viabilização das agendas de intervenção.

O autor considera, dentro de fluxo político, o “Sentimento nacional” como o sentimento partilhado por um conjunto de pessoas num país; com destaque para as forças políticas organizadas, cuja dinâmica representa uma boa parte das decisões das políticas públicas definidas ou previstas por Kingdon (2011).

As mudanças do governo, nomeadamente mudanças do ciclo político, remodelações e reconfigurações de governo e parlamentares, mudanças hierárquicas da administração, sendo mudanças de governo o fator mais propício para a ocorrência de alterações de agenda política são outro elemento fundamental dos fluxos políticos.

Ao contrário do que acontece no fluxo das políticas públicas que procura simplesmente o consenso, no fluxo da política o consenso é visto como ponto de concordância que pode resultar numa coligação.

Em suma, cada fluxo descrito tem os seus propósitos e funciona de forma independente com base nos critérios criado por ele. Mas em determinadas

circunstâncias o fluxo vem convergindo com outros sistemas e subsistemas por forma a gerar novas oportunidades para o bem da classe e da comunidade.

#### 2.4.3. *O modelo de equilíbrio interrompido*

O modelo de equilíbrio interrompido, segundo Araújo e Rodrigues (2017), deve-se a Frank Baumgartner e Bryan Jones que apostaram muito na segregação do processo das políticas públicas sociais com base nos princípios éticos e deontológicos, buscando enfatizar os impactos dos discursos em vários níveis que sustentam a definição da agenda pública para resolução dos problemas socioculturais, socioeconómico e sociopolítico.

Razão pela qual caracterizaram o processo político como um processo de estabilidade, um processo de incrementalismo, pontuado ou interrompido, ocasionalmente por mudanças de larga escala.

Segundo True, Jones, & Baumgartner (2007) para compreender o processo da definição das políticas públicas e sociais importa analisar as condições da estabilidade e simultaneamente as condições de mudança uma vez que isto vai permitir explicar as descontinuidades ou interrupções das políticas porque o próprio sistema gera mudanças graduais e em grande escala.

Porém é aconselhado a utilização de “mix matter” sendo a análise das políticas públicas relacionada com dois conceitos: “imagem política” e “*subsistema político*”.

Em relação ao conceito da “imagem política”; o que foi designado como modo de perceção da política e como ela é encarada nos debates, e todo o processo das mudanças das políticas públicas depende como o público tem percecionado o assunto porque as imagens políticas são as ideias principais que ajudam a compreender os problemas de maneira mais simples possível e das soluções que podem ser transmitidas com eficácia junto das comunidades. Desse jeito forma-se um circuito de monopólio político devido à sua disseminação em larga escala.

Quanto à noção de “subsistema político”, citado por Araújo & Rodrigues (2017), este é formado por comunidades de especialistas numa área específica a quem os governos delegam a tarefa de processar as questões políticas, partindo do pressuposto da sua incapacidade ou da impossibilidade de lidar com os assuntos numa escala diversificada.

Nesse quadro o modelo de equilíbrio interrompido sustenta que é no interior dos subsistemas políticos que são processados os problemas que envolvem grandes quantidades de informações aliviando o macrossistema político (o governo). O agendamento traduz a passagem de um problema do subsistema político para o poder central (o governo).

#### *2.4.4. O quadro teórico das coligações de causa ou de interesse*

É importante ressaltar a importância do subsistema político que serve de base na construção dos modelos de análise das políticas públicas por vários autores já mencionados. Este define-se como um conjunto dos atores, integrados em organizações públicas e privadas que se interessam ativamente em determinada área de política e a todo o custo tentam atrair o desenvolvimento político nessa área (Sabatier, 1998 citado por Araújo & Rodrigues, 2017).

Na definição das políticas públicas sociais, que vai ao encontro dos anseios da comunidade - principalmente no que se refere à criação de um sistema de ensino de qualidade, sistema de saúde e infraestruturas sustentáveis - é compreensível que haja cedência das partes envolvidas na definição da agenda pública.

Este é, portanto, um processo que influencia o ritmo elevado de compromisso de coligação ou associação das partes para uma melhor formulação das políticas públicas. Isso envolve a recomposição das emergências de novas questões, independentemente da sua distinção nos subsistemas, que são diferenciadas uma das outras, seja pelos recursos ou pelas ideias.

Ora, segundo Sabatier (2007), citado por Anjos & Rodrigues (2017), todas as partes envolvidas na definição das políticas públicas procuram alianças com atores dos diversos níveis governamentais que partilham as ideias políticas semelhantes com os representantes da OSC, sejam líderes de grupos de interesse, juízes, investigadores ou intelectuais.

Porém é muito importante tomar em conta as disponibilidades do próprio recursos que está na posse do poder decisório. Esta abordagem é destacada por Christopher (1986), citado por Capella (2018), que categoriza os instrumentos (recursos) para produção das políticas públicas em torno de quatro elementos:

- a) Modalidade, ao especificá-las ou identificá-las permite ao governo assegurar o acesso a um conjunto de informações sobre problemas políticos vigentes ou previstos.
- b) Autoridade, está relacionado a um conjunto de poderes regulamentados que derivam da estrutura de Estado.
- c) Tesouro, corresponde a um conjunto de recursos obviamente financeiros à disposição do governo.
- d) Organização, é equivalente ao conjunto de estruturas organizacionais sob a jurisdição governamental.

Estes instrumentos ao dispor do governo são utilizados de forma individual ou combinada entre si, em função do problema identificado, promovendo assim uma integração e utilização correta dos recursos em função da agenda previamente definida.

Os parceiros devem continuar a promover boas práticas na articulação dos instrumentos das políticas públicas para uma atuação quotidiana, num processo destinado a resolver problemas sociais comuns.

No entanto, é necessário construir um processo de reciprocidade da visão partilhada em que as partes interessadas tragam consensos que melhorem a vida das pessoas, o governo e a sua missão, os empresários nas suas atividades económicas e a OSC nas suas tarefas de complementaridade.

Nesta linha de análise, Capella (2018) também cita Bardach (2009):

“A vida política tem dois lados: canalizar o conflito e construir a comunidade. A análise de políticas atende a ambos os lados. Canaliza os conflitos, mostrando que alguns argumentos e seus defensores são, em certo sentido, superiores aos outros e merecem vencer. Mas ajuda a construir a comunidade, marcando também um potencial consenso. Este consenso é definido pelas regras e convenções do discurso racional - onde os oponentes podem empregar procedimentos analíticos para resolver desentendimentos, ou onde descobrem que pelo menos alguns valores conflituosos, aparentemente irrefutáveis, podem ser reformulados como desentendimentos técnicos sobre como a política A tem maiores probabilidades do que a política B para mitigar o problema P.”

A articulação dos instrumentos das políticas públicas é extremamente importante, como bem referimos, para a formulação, implementação, monitorização e avaliação eficaz das políticas públicas sociais.

Nesta temática, Sabatier, (1998) citado por Araújo & Rodrigues, (2017) reafirma que é necessário compreender os dois conceitos importantes para o efeito, entre quais: Top-Down e Mix Meter.

Top-Down, neste caso representa uma abordagem em que a formulação de políticas públicas ocorre de forma centralizada, partindo de um órgão de governo ou autoridade central. Nesse contexto, a articulação dos instrumentos de análise é fundamental para garantir que as políticas sejam consistentes, alinhadas aos objetivos e metas estabelecidos pelo governo e também viáveis em termos dos recursos disponíveis.

Mix Meter, ou medidor de mistura, é um instrumento de grande relevo na análise e na formulação das políticas públicas que tem como principais objetivos avaliar e monitorizar as combinações adequadas das diferentes abordagens e instrumentos de confrontação dos diferentes problemas sociais ou desafios, levando em consideração a diversidade de opiniões, interesses, recursos bem como as características específicas do problema em questão. Daí que nos conduz a identificar as abordagens mais eficazes em função dos resultados e a combinação dos instrumentos para ajustar as políticas públicas no médio ou longo prazo.

Em função das fontes teóricas mencionadas é possível compreender as divergências entre várias correntes do pensamento em torno do modelo de análise, assim como o conceito das políticas públicas sociais.

Para Pereirinha (2008) as políticas sociais enquanto instrumento de política pública são diversificadas em termos da sua aplicação porque congregam as necessidades básicas e são sensíveis para com a população, variando com o país, o regime em vigor e a cultura (hábitos e costumes).

De forma conclusiva, Carmo (2011) afirma que na sua generalidade a política social se reveste da natureza de subsistema da política pública que procura conciliar e concretizar as dinâmicas económicas e sociais com objetivo de promover a mudança, coesão social para elevação de qualidade de vida da população.

## **2.5. Do Controlo social das políticas públicas sociais**

A ação coletiva sobre políticas e ação governativa de interesse local e nacional passa pelo reforço simultâneo da gestão comunitária e das entidades descentralizadas do Estado, mantendo a referência junto à OSC. Elas constituem uma boa capacidade de mobilização no domínio da ação coletiva, assim como de diálogo e coordenação para o reforço da capacidade das partes envolvidas nos projetos de construção social.

É do nosso conhecimento que, na Guiné-Bissau, as instituições governativas são apoiadas pelas ações das OSC, em particular as ONG, beneficiando da importância e sustentabilidade dos projetos de intervenção previstos ou em plena intervenção.

As iniciativas de intervenção das OSC são vistas como um maior processo de mobilização coletiva ao nível comunitário e nacional. Distinguem-se por serem essencialmente projetos de intervenção nas áreas e contextos mais vulneráveis, sobretudo nas zonas rurais, com foco na capacitação e criação de associações de base comunitária, através dos fundos provenientes da ajuda pública ao desenvolvimento. Essa dimensão de carácter instrumental teve grande êxito no que se refere à formalização precoce das OSC para melhor concorrer aos fundos nacionais e internacionais.

Para Deserranno (2023), as ONG que lutam pelos direitos sociais servindo diretamente os pobres africanos frequentemente o fazem às custas do setor público, atraindo profissionais, médicos e outros técnicos públicos para terras de ONG onde os salários são melhores.

Sousa Silva (2007) destacou que quando o enfoque sobre o “desenvolvimento de” prevalece sobre a abordagem “desenvolvimento com” o resultado é que os processos de transformação institucional falham, não sendo capazes de abordar as suas bases humanas de intervenção enquanto atores e não como beneficiários. Contudo, aumenta a necessidade destas organizações de fortificar as suas potencialidades aumentando a criatividade e consequente resposta social e cultural mais eficiente para o bem-estar da população.

É importante compreender que o controlo social remete à participação ativa dos cidadãos na gestão do que é público. Trata de um instrumento que facilita a expressão da democracia através da partilha do poder de decisão sobre as políticas públicas entre o Estado e a sociedade. Esta ideia está subjacente ao princípio de fiscalização,

monitorização e controlo das ações do Estado. Por esta via, a OSC ganha espaço na esfera pública e prossegui o acompanhamento da governação, advogar por uma boa gestão pública e prevenir a corrupção e o mau uso dos recursos públicos.

Segundo Teixeira (2008) o controlo social pode ser realizado em diferentes momentos do ciclo das políticas públicas sociais *“tanto durante a definição das políticas públicas sociais a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, de acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros destinadas para a implementação de uma política pública”*.

Entretanto, o exercício do controlo social pode ser implementado de diferentes formas. Pode ser individual (pelo cidadão isoladamente) ou coletiva, através de associações, ONG, grupos de cidadãos, movimentos, que funcionam nos espaços institucionalizados ou de forma ocasional.

Quando ocorre a realização de consulta pública, em várias ocasiões, assistimos de forma tradicional a encontros presenciais, com o uso de recursos convencionais como manifestação oral e escrita, auxiliados por ferramentas de nova tecnologia, como alguns plenários virtuais e formulários eletrónicos.

Esta conveniência está explicitamente mencionada no Artigo 3º da Constituição da República de Guiné-Bissau (CRGB).

A Guiné-Bissau é um Estado democrático constitucionalmente instituído, fundado na unidade nacional e na efetiva participação popular no desempenho, controlo e direção das atividades públicas, e orientado para a construção duma sociedade livre e justa.

De acordo com a sua Constituição, a Guiné-Bissau é um Estado fundado na efetiva participação popular no desempenho, controlo e direção das atividades públicas, cuja vontade se expressa por uma maioria democrática.

Em vários artigos mencionados, a constituição estabelece a participação da sociedade civil no dia-a-dia da administração pública, abrangendo o exercício das funções do Estado, o qual deve promover as condições necessárias para o efeito. Nos artigos 1º e 2º da CRGB, é enunciado que a Guiné-Bissau é um Estado democrático, cuja soberania reside no povo, e este exerce o poder político diretamente ou através dos órgãos de poder democraticamente eleitos.

É importante salientar que, apesar das consagrações constitucionais mencionadas, na nossa perspetiva, é preciso criar condições políticas e sociais para consciencializar a população em geral dos deveres civis em relação à responsabilidade social partilhada.

## **2.6. Das organizações da sociedade civil**

A internacionalização dos estudos sobre as organizações não-lucrativas promoveu um conjunto de críticas em relação à conveniência da utilização da terminologia "terceiro setor" em diferentes contextos. Várias agências e centros de pesquisa reforçaram os seus apoios a partir dos anos 90, enfatizando o papel da OSC na construção da democracia, tanto nos países pós-comunistas do leste da Europa como nos países em via de desenvolvimento.

A conjugação dos dois movimentos supracitados fez com que muitos passassem a tratar "sociedade civil" e terceiro setor como termos sinónimos, existindo mesmo quem chame terceiro setor à sociedade civil como é frisado por Falconer (1999). Esta contradição dos factos e conceitos representa uma forma de clarificar as partes; ou seja, as ONG são um segmento ou componente da OSC, não a sua totalidade.

Em várias menções Spink faz considerações importantes sobre a ideia de lugares nos estudos organizacionais (Spink, 2000). O autor classifica o lugar como um horizonte de ligação onde as ações sociais podem ter as dimensões municipais, inframunicipal, intermunicipal ou micro regional. O lugar neste caso é o nosso quotidiano, onde emergimos e sofremos com os efeitos da conjuntura macrossocial.

Nesta mesma lógica, o autor contemporâneo Paul Sabatier fundamentou as suas ideologias na fusão entre o conceito da sociedade civil e com a "pólis".

Outras análises do conceito foram propostas por Honneth, que baseou sua classificação da origem da sociedade civil em três principais linhas de pensamento (Honneth, 1993).

A primeira surgiu do conceito de Locke sobre o contrato social, este conceito de contrato social foi uma transição do estado natural da sociedade para onde cidadãos livres se associam de acordo com seus interesses (Honneth, 1993).

A segunda foi fundamentada na ideia de Montesquieu das "corporações legalmente legitimadas de autogestão pública que são responsáveis pela mediação

constante entre esfera social e o Estado, que também foi utilizado por Tocqueville” (Honneth, 1993).

Relativamente à terceira, de acordo com Honneth (1993), Hegel combinou as duas ideias em sua filosofia de direito nas corporações e nas instituições de debate público. Esta terceira linha surgiu no século vinte. E Honneth defende que com essa linha, que pode ser chamada de esfera pública, ou seja o domínio social na qual são incluídas todas as instituições dentro das quais a opinião pública é formada (...) esse situa o núcleo OSC a uma distância igual das esferas económicas e políticas da sociedade (idem).

Se nos basearmos nos conhecimentos empíricos acerca das OSC na Guiné-Bissau, o seu histórico evidencia um ciclo conturbado constituído por várias etapas do processo da sua evolução, dando ênfase aos primórdios da pacificação portuguesa sobre o território ultramarino (Guiné Portuguesa), que se deu como ponto de partida formal em 1963, aquando do início da luta armada.

O partido libertador PAIGC usou este instrumento social “*Mandjuandade e Djidius*” para edificação da sua estratégia política e armada, segundo Koudawo, (1996). Enquanto mecanismos políticos do partido libertador, estas estruturas foram investidas em todos os espaços, marcando assim a sua evolução na resistência.

Na visão do Cardoso (2014) a OSC guineense obtém a sua força de várias fontes, principalmente históricas, com destaque na evolução das relações e alianças interétnicas, das diferentes estruturas sociais baseadas em classes e idades, no sistema de autoridade tradicional comunitária, nas dinâmicas da formação socio-religiosas e em todos outros componentes envolvidos.

Na perspetiva de Forrest (2003), tanto no meio rural assim como urbano é possível identificar os traços históricos que comprovam a existência de movimentos e associações comunitárias cuja estratégia de intervenção está menos focalizada na componente económica, incluindo por exemplo as associações culturais, grupos de debates e essencialmente organizações de mulheres, convergindo nessa ideia de libertação e autonomia política.

Pelo que foi mencionado, parece que as classes sociais, representadas por diferentes comunidades, foram mobilizadas em torno de um propósito comum: a libertação do país do jugo colonial português na época.

O movimento envolve sacrifícios voluntários dos combatentes, que pertenciam a diferentes fações, grupos étnicos e condições sociais, todos unidos por um único propósito. Essa união em prol da independência evidencia a força da OSC guineense e sua capacidade de se organizar para alcançar objetivos coletivos.

A partir dos anos 90, surgiram novas configurações e dinâmicas das organizações de massas comunitárias, tanto nacionais quanto internacionais, que se uniram às OSC por uma única frente em prol da salvaguarda da democracia e promoção do desenvolvimento. Este movimento deveria ser visto como um processo de sustentabilidade com metas e objetivos, representando a vitalidade da OSC na Guiné-Bissau.

Em diferentes franjas da esfera social, económica e religiosa do país, há envolvimento no processo em busca de consenso nacional e desenvolvimento. Algumas dessas organizações incluem a Comissão de Justiça e Paz, o Conselho Nacional Islâmico, a Aliança Evangelista. No âmbito sindical, os trabalhadores estão agrupados entre a central sindical União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG) e a Confederação Nacional de Sindicatos Independentes.

No que diz respeito às associações socioprofissionais, destacam-se organizações de âmbito nacional, como a Ordem dos Médicos e Farmacêuticos, Advogados, Arquitetos, Economistas e Vendedores.

A base comunitária, tanto urbana quanto rural, também se beneficia de grupos específicos, como a Associação dos Jovens e os Agrupamentos das Mulheres, representados pela Rede Nacional, Plataformas e Redes com diferentes características de inserção e amplitude. Alguns exemplos incluem a Rede Nacional de Associações Juvenis, o Fórum Nacional de Juventude e População, a Rede Nacional das Rádios Comunitárias, a Rede de Mulheres Contra Violência, a Plataforma Política das Mulheres, o Movimento da OSC para a Paz, Segurança e Desenvolvimento, a Coligação das Organizações de Direitos das Crianças e a Comissão da Organização da Sociedade Civil para o Seguimento do Processo Eleitoral.

Apesar da densidade de OSC, o Estado da Guiné-Bissau ainda é caracterizado por uma situação de fragilidade, tanto nas suas dinâmicas operacionais quanto nas suas decisões políticas. Isso diminui o seu espaço cada vez mais em relação às suas responsabilidades sociais, inclusive no domínio da cooperação internacional, onde

permanece como principal mobilizador de fundos para mitigação dos problemas e outros projetos sociais. Em outras palavras, o Estado ficou numa situação de dependência das OSC.

Para compreender esta relação impactante entre o Estado e as OSC, é importante frisar dois conceitos relevantes para este estudo (sociedade, Estado ou sociedade política). De acordo com Azambuja (1996):

A sociedade é uma coletividade de indivíduos reunidos e organizados para alcançar uma finalidade comum, supõe organização permanente e objetivo comum. De modo mais analítico, e acentuando outros atributos, podemos dizer que uma sociedade é a união moral de seres racionais e livres, organizados de maneira estável e eficaz para realizar um fim comum e conhecido de todos (...). O Estado, portanto, é uma sociedade, pois se constitui essencialmente de um grupo de indivíduos unidos e organizados permanentemente para realizar um objetivo comum. E se denomina sociedade política, porque, tendo sua organização determinada por normas de direito positivo, é hierarquizada na forma de governantes e governados e tem uma finalidade própria, o bem público.

Na perspetiva da UE, o relatório final de mapeamento das OSC na Guiné-Bissau em 2018, destaca potenciais funções das OSC na Guiné-Bissau. Designadamente:

- A construção de mecanismo de resiliência ao nível local;
- Construção de base para governança local;
- Fortalecimento da governança ao nível nacional;
- A melhoria da eficácia da cooperação internacional.

O relatório confirma o grau de responsabilidade das OSC em assumir os desafios das políticas públicas sociais do governo, como medidas para diminuir a fome, a pobreza e a desigualdade social. Isso, naturalmente, constitui uma grande preocupação das partes envolvidas no processo, com foco nas comunidades, no governo e nas OSC, dada a falta de margens eficientes devido às limitações dos recursos que podem assegurar a sustentabilidade das intervenções a médio e longo prazo.

A OSC guineense enfrenta um enorme desafio no processo de afirmação como atores importantes no desenvolvimento nacional, apesar dos progressos graduais. Destaca-se o papel crucial das ONG, que têm redobrado esforços e intervenções equitativas em defesa da equidade social, independentemente das limitações dos recursos essenciais para implementar as atividades emergentes.

Contudo, poucas organizações nacionais conseguem desenvolver uma estratégia bem-sucedida para a diversificação de financiamento e a consolidação das

práticas de sustentabilidade, bem como a retroalimentação do sistema de intervenção social. Por vários motivos, essas instituições carecem de uma estrutura organizada e competente para gerar ou garantir um financiamento de grande porte, muitas vezes correndo atrás de financiamento sem considerar a capacidade interna de gestão.

Essa forma de atuar coloca em risco os utentes e outros interessados que se beneficiam direta ou indiretamente dos projetos sociais, podendo levar à dispersão de ações, desperdício de esforços e, muitas vezes, à falta de cumprimento dos prazos ou das exigências nacionais ou internacionais para a origem dos fundos.

No âmbito económico, o país enfrenta crises financeiras sistemáticas, agravadas pela conjuntura económica mundial dos últimos anos. Se observarmos o estado macroeconómico do país, os seus efeitos são visíveis no orçamento geral do Estado, o aumento de défice no orçamento impossibilita a cobertura das necessidades sociais nas áreas mais vulneráveis, como educação, saúde e infraestruturas, especialmente no período delimitado para este estudo (anos 2018 a 2022).

Foram objetos de análise os desembolsos e previsões económicas para a área social, os quais não correspondem às exigências mínimas da população, principalmente daqueles que vivem em zonas rurais e remotas, enfrentando a falta de bens essenciais como água, luz, alimentação, saúde e educação.

É importante analisar a evolução económica da Guiné-Bissau nos últimos três anos, especialmente nos setores da saúde e educação. As últimas previsões orçamentais para o ano de 2020 destinadas à saúde pública indicam que, no primeiro semestre, a despesa total do Ministério da Saúde aumentou para 5.158 milhões de Fcfa - moeda corrente usada em 14 africanos incluindo a Guiné-Bissau, o que equivale a aproximadamente 10.000 €. Quanto à taxa de execução, ela é de 39,5%, comparada com o primeiro semestre do ano de 2018 (Ministério das Finanças, 2020).

Relativamente ao Ministério da Educação, Ensino Superior, Juventude, Cultura e Desportos, no primeiro semestre do ano 2020, a despesa total do ministério está cerca de 10.403 milhões de Fcfa, representando aproximadamente um aumento de 16.000€ em relação ao ano de 2018. A taxa de execução é de 60%., observa-se, assim, um aumento na execução orçamental do ministério na ordem de 87%, resultado do aumento dos gastos com pessoal (Ministério das Finanças, 2020).

No entanto, tudo indica um aumento substancial no setor-chave mencionado, independentemente das condições económicas agravadas pela grande crise mundial provocada pela pandemia de COVID-19, que deixou marcas visíveis nas ações do Estado no combate à pobreza e suas múltiplas dimensões.

A Guiné-Bissau tem uma dependência extrema de ajudas externas para a execução das políticas orçamentais, devido a um défice constante no orçamento geral do Estado e ao fraco desempenho em todos os setores, resultando numa revisão em baixa da taxa de crescimento económico para 2020.

Este cenário evidencia as limitações e dificuldades do Estado em gerar riquezas e distribuí-las de maneira justa para o bem-estar dos cidadãos, especialmente nos domínios da educação, saúde, habitação e segurança, que são cruciais. Nesse contexto, um Estado em consolidação ou em vias de desenvolvimento incentiva a participação de entidades não governamentais, como ONG, fundos europeus de apoio ao desenvolvimento e outras OSC, para contribuir no processo de mitigação dos desafios emergentes.

## **2.7 União Europeia e os mecanismos de apoio às organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau.**

A UE, enquanto parceira estratégica das OSC na Guiné, tem impulsionado a mudança através de mecanismos de financiamento e controlo da sua implementação. Procura, também, promover a investigação para compreender o motivo da estagnação das atividades setoriais de algumas OSC, tanto nacionais como internacionais, por meio do programa (XI FED-PROGB), ou seja, o 11º Programa de Fundo Europeu para o Desenvolvimento destinado à Guiné-Bissau.

Este programa tem como principal objetivo apoiar a consolidação da paz e segurança em África através da redução dos conflitos.

O projeto abrange o componente de apoio específico à organização não governamental com a finalidade de reforçar a capacidade de resposta dos atores não estatais, no âmbito da saúde, desenvolvimento rural e comunitário, e a consolidação da governança democrática (União Europeia & Comissão Europeia, 2017).

Esta prática pode constituir uma rede resiliente e sustentável do desenvolvimento socioeconómico.

A lógica da política da UE de apoio às OSC na Guiné-Bissau é que estas procurem coordenar e integrar a definição da OSC como atores permanentes nas políticas públicas sociais e no diálogo produtivo com as comunidades, enquanto atores públicos que têm a missão de garantir um comprometimento com as responsabilidades partilhadas e desafios a enfrentar.

Na perspetiva de Gianfrancesco Costantini (2018), o instrumento fundamental para que as OSC possam ter sucesso é apostar no desenvolvimento de redes que facilitem a comunicação permanente com as comunidades mais vulneráveis e que sirvam de canal permanente de transmissão das preocupações a nível central sobre as insuficiências e os problemas locais que o Estado/governo não tem vontade ou condições de suprir.

Esta problemática envolve a escassez dos serviços públicos adequados para a população dada a conjuntura económica e social, o que se traduz muitas vezes em conflitos entre a administração pública impotente e as OSC, apesar da existência de um clima parcial de convivência entre o governo e as ONG nacionais.

A falta de harmonização continua a ser vista como um desafio recorrente e tem implicações constantes em todas as vertentes da vida pública guineense, sobretudo no que se refere à gestão dos serviços públicos, perturbados por um clima de hostilidade sobre assuntos ligados aos recursos naturais, saúde e educação.

Nesta perspetiva, os parceiros do desenvolvimento e as demais agências financiadoras dos projetos sociais do desenvolvimento têm mudado sucessivamente os critérios do financiamento, deixando assim de financiar algumas iniciativas. Como, aliás, constata Gianfrancesco Costantini (2018), afirmando que estas adotaram novos mecanismos de financiamento parcial por fase da consecução, chegando a exigir a participação obrigatória das ONG nacionais nos projetos concebidos.

Contudo, ainda são financiados com maior frequência um conjunto de projetos orientados as seguintes características:

- a) Financiamento de ações pontuais, através de política de cofinanciamento de projetos apoiados pela UE.
- b) Apoiar projetos sociais em exclusivo para prestação de serviços nas áreas de educação, saúde e outros.
- c) Envolver a OSC através de apoios a iniciativas inovadoras de desenvolvimento orientadas para a gestão de migração, luta contra radicalização religiosa e

desenvolvimento de oportunidades para os jovens (projetos de empreendedorismo).

- d) Financiar as organizações de base comunitária ao processo de atividade de longa duração; resolução de conflito, garantir a funcionalidade da entidade e das redes.

Todas estas iniciativas dos parceiros de desenvolvimento são caracterizadas como mecanismos de apoio para melhorar a participação das ONG no processo de governança, com maior intensidade possível devido aos riscos associados à problemática, recorrendo a diversos mecanismos de apoio direto, mas com moderação para não gerar uma dependência regular.

São, em suma, situações recorrentes, sobretudo quando se verifica a implementação dos projetos a nível local, com justificação da necessidade de captação de competências especializadas. O contexto obriga a criar um circuito de subcontratos com OSC de grande importância, seja as ONG nacionais ou internacionais, associações comunitárias, fundações e cooperativas.

## **2.8. Avaliação de sustentabilidade das organizações sem fins lucrativos**

A sustentabilidade das OSFL é um tema que suscita muitas questões, uma vez que o próprio conceito não é definido de forma unânime na literatura. Por essa razão, apresentamos vários conceitos que podem ajudar no entendimento da complexidade do termo.

Certamente, os objetivos das OSFL estão voltados para a consecução de seus propósitos, ao passo que, na economia de mercado, as empresas buscam obter lucros (Anheier, 2000). No entanto, a sustentabilidade das instituições sem fins lucrativos está intimamente conectada à sua missão, sendo impossível dissociá-la desse propósito (Sontag-Padilla & Morganti, 2012).

Se recorremos ao conceito de sustentabilidade financeira, especificamente, este refere-se à manutenção da capacidade financeira ao longo do tempo. Isso reflete-se por meio das medidas indispensáveis de alocação dos ativos face às ameaças expostas, de forma a manter o funcionamento da organização (Bowman, 2011).

Contudo, é importante ressaltar que a sustentabilidade das OSFL não se resume apenas a manter equilíbrio económico-financeiro, conforme destacado por Gajdová & Majdúchová (2018). Ela também serve como mecanismo de conservação dos valores e realização das atividades previamente definidas junto à comunidade.

Segundo a pesquisa realizada por Prentice (2016), existem quatro indicadores financeiros que medem a performance financeira de uma organização não lucrativa: solvabilidade, liquidez, rentabilidade e sustentabilidade a longo prazo.

Ao adotar este mecanismo de avaliar os processos de gestão sustentável por meio dos indicadores de desempenho, torna fundamental para as OSFL. Essa ferramenta de gestão de alto nível fornece respostas em relação ao estado de funcionamento das organizações, destacando suas forças e fraquezas, as necessidades preliminares para um bom funcionamento e identificando oportunidades

Conforme afirmado por Mouzas (2017), quanto mais eficiente for uma organização, maior será o grau de produtividade ou economia na utilização de recursos e, conseqüentemente, nos mecanismos de avaliação.

O método correto para avaliar o nível de sustentabilidade das instituições pode ser realizado por meio de mecanismos tradicionais, com uma visão de longo prazo e considerando as funções que representam metodologias diferentes no processo de avaliação dos resultados por áreas de produtividade.

Oliveira (2013) afirma que a eficiência global ocorre quando existe equilíbrio entre eficiência económica e eficácia organizacional. Neste âmbito apresentamos algumas dimensões de análise do modelo de gestão:

- Equilíbrio financeiro (a curto, médio e longo prazos);
- Autoridade e a responsabilização;
- Processo de capacitação dos técnicos;
- Fluxos de comunicação e informação;
- Nível de investimento;
- Cultura organizacional;
- Dinâmicas e políticas externas;
- Património e ativos das empresas/organizações;
- Políticas de avaliação do desempenho;
- Habilitação dos recursos humanos;
- Ambiente externo/competitividade, grau de sustentabilidade dos recursos e remessas.

Note-se que ao elencar tais dimensões, o propósito principal é atuar junto da comunidade em formato de redes, com as precauções necessárias, considerando os recursos, as potencialidades, a identidade, os fatores de mudança, os mecanismos de intervenção adequada, trabalho em equipe e os contributos científicos dos estudos académicos ligados ao setor.

Entre os anos de 1986 e 1998, a supervisão das atividades das ONG na Guiné-Bissau era assegurada pelo Instituto de Solidariedade e Amizade (SOLDAMI), sob a tutela do ministro de cooperação internacional. Esta estrutura tinha como missão intervir no domínio da criação e registo das ONG, focando a capacitação dos quadros intermédios nas questões de desalfandegamento dos materiais e equipamentos importados, a par do financiamento da investigação sobre o setor.

Esta organização deu um grande contributo para a elevação do terceiro setor na Guiné-Bissau, em especial a aprovação do Decreto-Lei nº 23/92 sobre as ONG, fruto de contribuições de muitas dessas ONG, como a Fundação Amílcar Cabral (AMIC), Tiniguena, Ação para Desenvolvimento (AD) e a agência de cooperação suíça (Radi/Swissaid).

O processo de reconhecimento do Estado guineense sobre a importância das ONG constituiu um passo extremamente importante para a mitigação dos problemas identificados nos diversos setores, abrindo as portas às organizações internacionais não estatais para uma intervenção parcial ou integral nos vários domínios, conforme definido no mesmo Decreto-Lei 23/92, no seu artigo 2º (Das definições, Natureza e Objetivo), cujo nº 1 estabelece que as ONG são pessoas coletivas de direito privado de livre criação, apartidárias e com fins não lucrativos.

Quanto à participação da OSC no desenvolvimento, o atual entendimento evoluiu significativamente na perspetiva de grandes projetos sociais alternativos da democracia e da cidadania, nos quais ela é obrigada a encarar e assumir ativamente as responsabilidades sociais evitadas pelo Estado (Sousa Santos & Avritzer, 2002).

No contexto da Guiné-Bissau, há vários factos políticos que sustentam esta perspetiva. Podemos, por exemplo, apontar o conflito político-militar de 1998/99, que forçou as OSC a assegurarem o compromisso forte e coeso para a paz e democracia.

As sucessivas interrupções no sistema de governança acentuaram a falta de credibilidade institucional, a par de um clima de hostilidade política muito forte, em

consequência de desfalques. A tomada de posse do presidente Henrique Pereira Rosa em 2003, um empresário e ativista da OSC, facilitou a normalização do regime democrático, devolvendo a autoridade moral, política e social ao Estado da Guiné-Bissau, a par do reforço do papel imprescindível das ONG locais.

O fato representa não apenas uma abertura para uma nova era, mas também, o nível de responsabilidade de todas as organizações inseridas na plataforma da OSC guineense, na perspectiva de consolidação da paz, e também no processo contínuo de capacitação e fortificação das bases comunitárias mais vulneráveis, com destaque nas regiões do país.

### **3. Contexto organizacional e jurídico-legal na Guiné-Bissau**

#### **3.1. Modelo de funcionamento das Organizações da Sociedade Civil**

A Plataforma de Concertação das ONG Nacionais e Internacionais na Guiné-Bissau (PLACON G-B) foi legalmente instituída em setembro de 2000. Sua origem está associada às várias crises cíclicas em que o país tem estado mergulhado, substituindo assim a célula das ONG para gestão de crise (CECROM). Podemos, portanto, caracterizar o PLACON como um modelo de transição estratégica para a revitalização das abordagens das problemáticas sociais e do tipo de intervenção das ONG. Este percurso esteve na base da concertação de 34 das 140 organizações registadas.

Esses pressupostos foram absorvidos nas entrevistas exploratórias com diferentes instituições e personalidades ligadas ao setor, dado que não há registos formais desta primeira fase do processo transitório no modelo de estruturação da classe. Sabemos, porém, que a orgânica funcional da PLACON era constituída por: assembleia geral, equipa de gestão e coordenação (conselho de administração) e conselho fiscal.

Nesta lógica, são debatidas e fixadas um conjunto de objetivos da plataforma com destaque para:

- A promoção e incentivo ideológico de um espaço de concertação dos intervenientes na fileira da OSFL;
- A criação do espaço de diálogo permanente entre as ONG, governo e outros atores não estatais;
- Empenho no processo de democratização do sistema e, consequentemente no desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Estes objetivos são acompanhados por uma visão estratégica que defende a promoção do desenvolvimento humano sustentável por meio da participação dos cidadãos na construção dos direitos consagrados, da liberdade, da democracia, da solidariedade, de justiça económica e social.

O PLACON tem desenvolvido as suas atividades ao longo dos anos com eficácia reduzida devido à carência de recursos financeiros e humanos, além do estabelecimento insuficiente de parcerias rentáveis para os projetos de consolidação. Em consequência disso, as repercussões foram imediatas, levando ao desaparecimento desta plataforma de coordenação das ONG na Guiné-Bissau em 2015, segundo Gianfrancesco Costantini (2018).

A segunda fase enfatiza o ressurgimento da intenção de relançar a plataforma por meio de uma conferência denominada "Renovar o Compromisso com a Guiné-Bissau". Neste manifesto, são destacados como principais desafios a questão da liderança nas ONG, por indícios de corrupção, incompetências e ausência dos princípios democráticos e da sustentabilidade (fixação dos quadros técnicos).

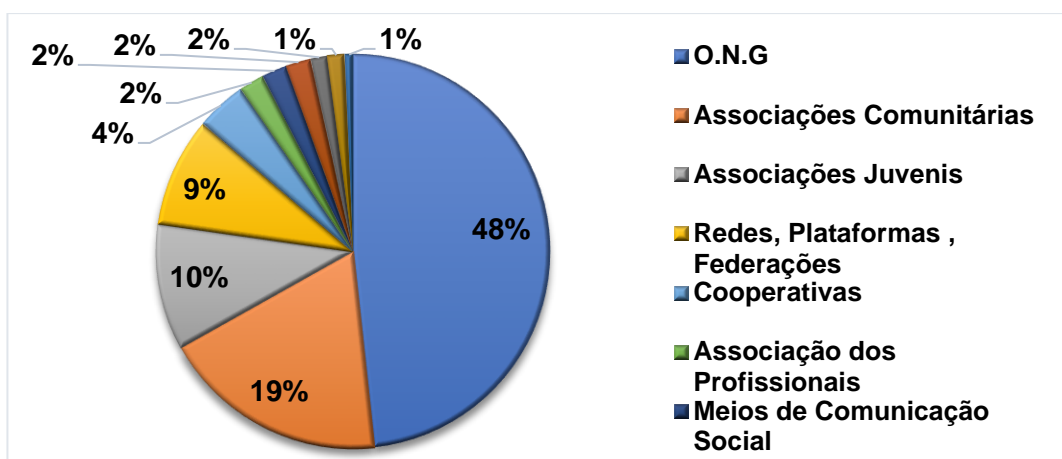
Os desafios parecem, então, ser os mesmos com destaque para a criação de equipas de discussão por meio de um processo de auscultação e possíveis mecanismos para execução e auditoria dos projetos sociais futuros no curto, médio e longo prazo, tendo contado com a participação de mais de 70 ONG nacionais e internacionais (Casa dos Direitos, 2017).

Foi também criada a plataforma das OSC da Guiné-Bissau, um portal eletrónico cuja criação é financiada pela UE através do programa de apoio aos atores não estatais (cf. em <https://www.sociedadecivilgb.org/>).

A plataforma contém uma base de dados das OSFL que desenvolvem atividades de carácter social no país, tanto nacionais como internacionais. A plataforma identifica as tipologias, dimensão, temáticas de intervenção e as zonas ou regiões prioritárias dessas organizações.

Segundo os registos na plataforma, constam 145 organizações, incluindo 70 ONG, 27 associações comunitárias, 15 associações juvenis, 13 redes/plataformas/federações, 6 cooperativas, 3 associações profissionais, 3 meios de comunicação social, 2 fundações, 2 organizações profissionais, 1 sindicato e 3 não identificados (Fig. 5).

Figura 5: Gráfico de distribuição por tipologia das OSC



Fonte: Adaptado (UE-PAANE, s.d.).

O projeto é financiado, como mencionado anteriormente, pela UE e pelo governo da Guiné-Bissau, e está sendo implementado pelo Programa de Apoio aos Atores Não Estatais (UE-PAANE).

Por trás disso integra uma vasta dimensão na busca pelo consenso e desenvolvimento do setor social na Guiné-Bissau, seguindo padrões estratégicos acordados pelas partes envolvidas nas atividades das OSC.

É crucial compreender o alcance dessas instituições e suas finalidades predefinidas, dado que os problemas são diversificados e multidisciplinares, conforme evidenciado no quadro abaixo.

*Figura 6: Espaço de concertação das ONG e as suas dimensões*

<b>Organização</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Estado atual</b>
<b>SOLDAMI</b>	1998	regulamentar os procedimentos legais de criação e registos das ONG e capacitação dos técnicos do setor.	Estatal, Governo	Extinta
<b>PLACOM-GB</b>	2000	procurar consenso necessário em torno de respostas para as problemáticas de sustentabilidade das ONG e das comunidades.	ONG	Disfuncional
<b>CECROM</b>	1998/1999	congregação das ONG num fórum de debates/concertações permanentes para a gestão de crises.	ONG	Disfuncional
<b>PALTAFORMA DA ONG</b>	2014/2016	juntar diferentes OSC, trabalhar em parceria com EU-PAANE, cadastrar as informações sejam das nacionais ou internacionais	OSC	Funcional
<b>3º CONFERENCIA DAS ONG</b>	2017	criar equipas de discussão por meio de um processo de auscultação, buscando respostas às problemáticas de gestão que afeta as OSC.	OSC	Disfuncional

<b>CONSELHO PERMANENTE DE CONCERTAÇÃO SOCIAL.</b>	2001	órgão do governo com objetivo de institucionalizar o diálogo social em parceria com OSC/ ONG.	Estatal, Governo	Funcionamento reduzida
---	------	--	---------------------	---------------------------

Fonte: Elaboração própria.

### 3.2. O Conselho Permanente de Concertação Social

Através do Decreto nº 01/2001 de 22 de março, o Governo da Guiné-Bissau oficializou a criação do Conselho Permanente de Concertação Social, visando a institucionalização do diálogo social num espaço de consulta e concertação permanente entre o governo e os principais parceiros do setor privado, incluindo a OSC abrindo caminho à modernização do Estado nas suas estruturas e tarefas. Este órgão tem uma estrutura tripartida que funciona sob a tutela do primeiro-ministro, que assume a posição de presidente do mesmo, conforme o artigo 1º e 4º discriminado no decreto.

Entre outras competências, cabe a este conselho:

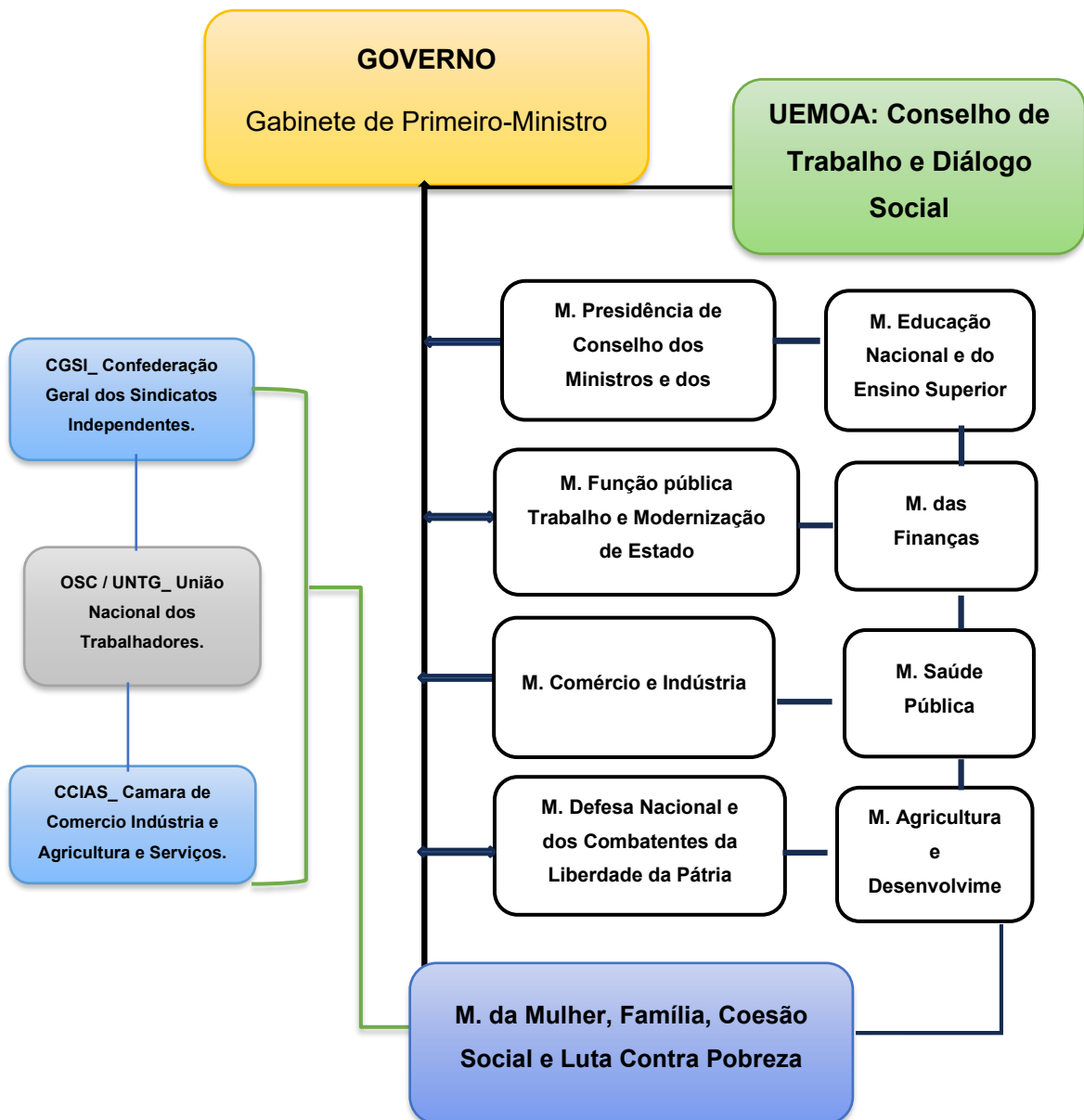
- Pronunciar-se sobre o estado de evolução da política social;
- Dirimir conflitos de pequenos e de larga escala;
- Exibir projetos de reestruturação socioeconómica assim como pronunciar-se sobre a execução da mesma.

Foram destacados 10 ministérios para integrar como membros permanentes do conselho: o Ministério da Presidência e dos Conselhos de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Ministério da Educação Nacional e do Ensino Superior; Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado; Ministério da Defesa Nacional e dos Combatentes da Liberdade da Pátria; Ministério das Finanças; Ministério do Comércio e Indústria, Ministério da Saúde Pública; Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta Contra a Pobreza, citada pela (OIT & CPLP 2013).

O conselho funciona em coordenação com os parceiros sub-regionais como o Conselho de Trabalho e de Diálogo Social (CTDS) da União Monetária Económica de África Ocidental (UEMOA). Tal como as outras dimensões, a orgânica apresentada (Figura 8) representa a disposição do órgão de conselho de concertação social, as dinâmicas e o fluxo da comunicação.

O Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza é o departamento governamental ao qual compete formular, propor, coordenar e executar a política do governo voltada para a promoção da integração e da solidariedade social, redução da pobreza, igualdade de género, proteção dos menores e deficientes, ou seja, ministério responsável pela política de proteção e de inclusão social.

*Figura 7: Orgânica do conselho permanente de concertação social*



Fonte: Adaptado, OIT & CPLP (2013).

No entanto, a estratégia nacional de proteção social envolve um grande número de ONG, reconhecidas como parceiros estratégicos importantes. Isso levou o ministério

responsável pelas políticas de proteção social a abrir um espaço de diálogo permanente com potenciais organizações da fileira de OSF

Entre as ações do ministério destacam-se algumas valências:

- Elaboração da estratégia nacional de redução da pobreza e fome;
- Elaboração do manual de assistência direta às vítimas de tráfico de pessoas e das catástrofes naturais na Guiné-Bissau;
- Elaboração de estratégia nacional de proteção dos menores, dos deficientes, pessoas sem abrigo e outras que se encontram na situação de vulnerabilidade;
- Elaboração de plano de emergência das normas de subvenção e apoio aos orfanatos;
- Elaboração do termo de referência para comissão nacional de proteção da infância (CNPI).

O Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza tutela várias organizações em defesa da promoção do bem-estar social, principalmente as organizações nacionais vinculadas e formalmente reconhecidas. Uma delas é o Instituto de Mulher e Criança (IMC), pessoa coletiva de direito público, de carácter socio-humanitário, com personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Tem como valências a promoção dos direitos humanos, em particular da mulher e da criança. A missão do IMC inclui coordenar, supervisionar e promover a inclusão dos direitos humanos, a questão de género, a igualdade e equidade, e assegurar a execução dos diplomas jurídicos e convenções internacionais.

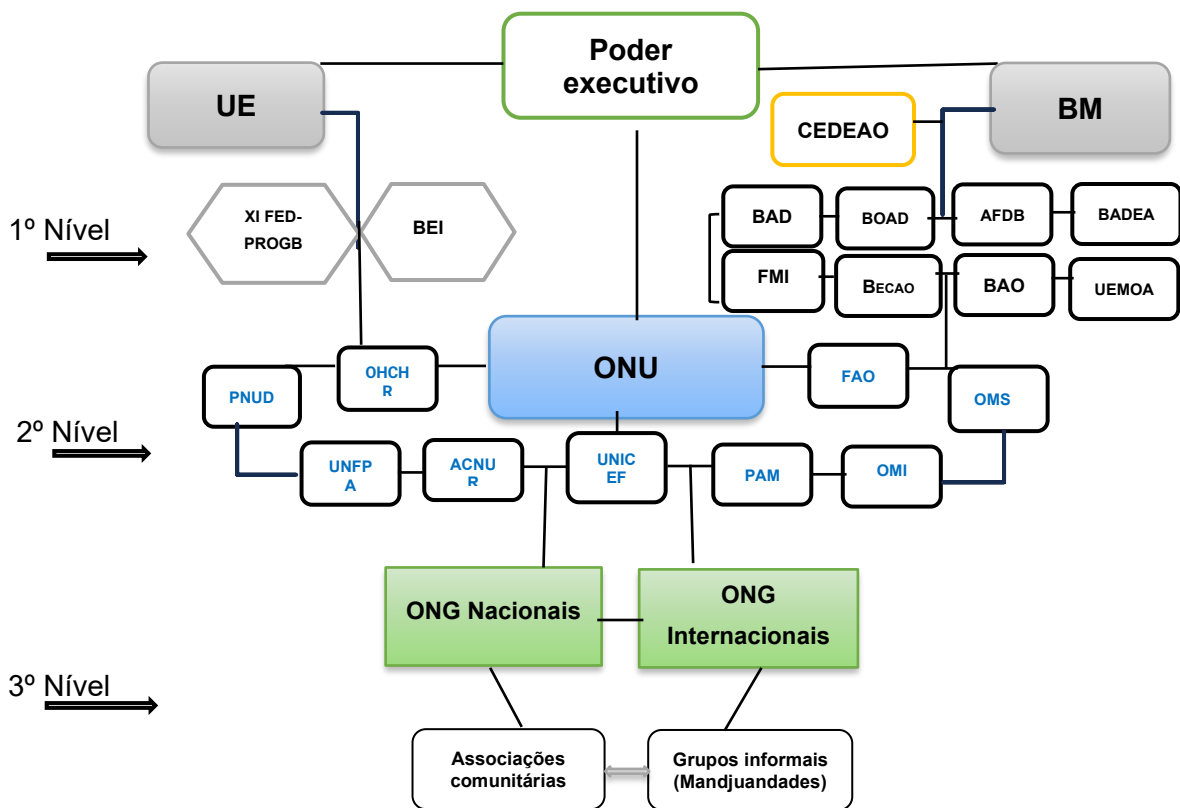
É importante frisar que estas nomenclaturas ministeriais podem variar em função da configuração da orgânica do executivo. Neste âmbito, o processo decisório e as decisões que prevalecem neste perímetro passam por uma cadeia vertical. As organizações de massas comunitárias ocupam essencialmente as tarefas de operacionalização das ações levadas a cabo por organizações intermédias. No entanto, o poder de decisão a nível de gestão fica restritamente centralizado entre os potenciais financiadores e ONG internacionais.

Este comprometimento impacta o desempenho e o resultado esperado, sendo muito importante obter retorno das partes envolvidas na execução dos projetos. Por

mais informal que sejam as estruturas locais das organizações comunitárias, devem participar em torno do processo de tomada de decisão que envolve a própria comunidade, por razões socioculturais que envolvem os valores fundamentais das mesmas.

Para Mintzberg Monnerat (2018) este modelo é perfeitamente utilizado pelas organizações com uma configuração que designou de burocracia mecânica, ou seja, controlar as decisões de modo vertical. Como se vê na (figura 9) que representa a dimensão da cadeia de decisão dos principais *stakeholders* das ONG na Guiné-Bissau.

Figura 8: Dimensão, fluxo de processo decisório



Fonte: Elaboração própria

As decisões importantes envolvem o financiamento de projetos das ONG estão principalmente centralizadas no primeiro nível, influenciadas diretamente pelo governo central, UE, BM e as ONG.

A experiência e o foco na padronização do sistema levam essas entidades a determinar um modelo de gestão com metas pré-definidas. Essas fases parecem ser

obrigatórias para a conceção dos apoios financeiros para projetos e na concorrência pelos mesmos.

No segundo nível, o processamento das decisões ocorre através de várias agências da ONU que estão supostamente dedicadas à problemática em questão, seja diretamente ou indiretamente nas atividades pré-programadas pelas ONG, seja na fase posterior de efetivação da comunicação operacional entre as ONG nacionais, associações comunitárias e grupos informais.

### **3.3. Quadro legal das Organizações não Governamentais (ONG) e as organizações da sociedade civil (OSC)**

O contexto internacional definiu o conceito de ONG pela ONU em 1950, com o objetivo de estabelecer uma distinção para a atuação das OSC não vinculadas ao Estado.

No entanto, no ordenamento jurídico guineense, apesar da existência do decreto nº23/92 de 23 de março que regulamenta a criação e o exercício das atividades das organizações não governamentais na Guiné-Bissau, a legislação é considerada rudimentar, pouco clara e carente de critérios explícitos na distinção entre uma associação e uma ONG. Ambas são formalizadas com procedimentos semelhantes, sem uma clara distinção de natureza, valores e missão.

A distinção entre associações e ONG tem sido feita, na prática, com base na dimensão de intervenção, nas capacidades de recursos, no modo de funcionamento e na estrutura legal ou formal. No entanto, a falta de resoluções políticas por parte do governo ou da assembleia nacional popular gerou debates públicos contínuos, sem uma clarificação efetiva dos conceitos e uma extinção das práticas subjetivas de denominação e atuação dessas instituições.

A expressão "OSC" também não está consagrada no ordenamento jurídico guineense, mas a sua utilização ganhou legitimidade para abranger as diferentes tipologias de OSFL que atuam no país.

A ausência de uma definição legal gerou desconforto, tornando-se difícil pronunciar quais instituições fazem parte da sociedade civil, independentemente de suas abordagens sociológicas.

Todas essas instituições baseiam-se nos princípios definidos no direito da cidadania, como o artigo 3º referente à missão do Estado à dignidade da pessoa humana, o artigo 17º sobre a liberdade de expressão, manifestação e associação, e outros artigos relacionados às associações profissionais na CRGB. A necessidade de um tratamento urgente para caracterização, dignificação do setor e clarificação jurídica é evidente para proporcionar entendimento e harmonização de um quadro jurídico claro e objetivo para todas as partes envolvidas.

A legislação guineense prevê as seguintes formas para as atividades realizadas por pessoas coletivas sem fins lucrativos:

- a) Associação ou entidades criadas a partir da união de pessoas que organizam voluntariamente com objetivo de natureza social, artigo 157º e da sua personalidade no artigo 158º do código civil.
- b) Fundação de interesse social, são entidades criadas por escritura pública ou testamento a partir associação especial de bens livre, cujo fim deve estar expressamente especificado, conforme o artigo 157º do código civil.
- c) As ONG, pessoas coletivas de direito privado de livre criação, apartidária e com fins não lucrativos definida no artigo 2º do decreto 23/92.

Compreendemos que, dada a existência de um decreto que regulamenta as ONG, é possível classificá-las como uma subestrutura em si mesma. Contudo, é mencionado que há outras organizações que não se enquadram nessas margens mínimas.

Não é razoável limitar um grande número e variedade de organizações em três tipologias, como organizações profissionais, redes e plataformas, que necessitam de regulamentação, com exceção dos sindicatos, que possuem suas próprias leis

A complexidade e diversidade das OSFL frequentemente desafiam as tentativas de categorização simplificada. A natureza e as atividades dessas organizações podem variar significativamente, exigindo considerações específicas para garantir regulamentações adequadas e justas. Certamente, uma abordagem mais flexível e específica pode ser necessária para associar as características a cada tipo OSC.

Os diplomas a seguir estabelecem o enquadramento jurídico para a formação e operação da OSC na Guiné-Bissau:

1. A Constituição da República da Guiné-Bissau, no (artigo 55º), pronuncia sobre a liberdade de associação “Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações;
2. Lei nº 8/ 91, de 3 de outubro de 1991; lei da liberdade sindical;
3. Decreto nº 26/93 de 15 de março de 1993; regula o controlo de isenções aduaneira para as importações efetuadas ao abrigo de projetos de investimento público tutelados pelo ministério e outro departamento do Estado;
4. Lei nº 2/95, de 24 maio de 1995; institui o regime consolidado sobre a isenção ou redução dos direitos de importação;
5. Lei nº 6-A/95, de 5 de julho de 1995, determina que as mercadorias importadas com bagagem pelos organismos não-governamentais, ou ao abrigo de regime de isenção; não são por eles abrangidas;
6. Decreto nº 5/98, estabelece o regime jurídico do uso privado da terra e determina que organismos e associações de utilidade pública, sem fins lucrativos estão isentos do imposto fundiário (artigo 41º) e será gratuita atribuição do direito mediante uso consuetudinário artigo (11);
7. Ato uniforme relativo ao direito das sociedades cooperativas (OHADA), ratificadas pela Guiné-Bissau enquanto Estado membro, resta à aprovação junto de assembleia nacional popular e conseqüente promulgação no boletim oficial.

#### **4. Metodologia**

A metodologia de investigação assume essencialmente uma natureza qualitativa, sendo seguido o estudo de caso, que envolve o processo de recolha e tratamento das informações documentais (dados secundários). Por conseguinte, destacam-se também os dados primários recolhidos através de entrevistas e observação direta. Para finalizar, procede-se à análise dos resultados e às possíveis conclusões.

O método auxilia na condução minuciosa da pesquisa para o entendimento do processo decisório público por meio da governança local e do sistema de rede dos atores políticos, parceiros do desenvolvimento e relações paralelas com as ONG. No entanto, as informações contidas serão submetidas ao teste dos fatos e confrontadas com dados observáveis, conforme enunciado por Compenhoudt & Quivy (2019).

Reconhece-se a possível falta de rigor e a subjetividade inerente e criteriosa da investigação baseada num estudo de caso, o que reduz a possibilidade de inferir o estudo. Em outras palavras, as amostras de estudo não são probabilísticas, e os dados não nos possibilitam conhecer o respetivo universo, devido à "*dimensão reduzida da amostra*".

##### **4.1. Dados secundários**

Os dados secundários apresentados revestem de uma relevância extrema no estudo e foram obtidos em diferentes fontes que ligam a literatura acerca do país em relação ao contexto global e continental. Têm como base os fundamentos, tais como artigos científicos, artigos técnicos, convenções internacionais, constituição da República de Guiné-Bissau, código civil, decretos, relatório da UE, plano estratégico da UA, Agenda 2030 e, por último, o relatório de gestão da ONGD selecionada. Se afirma, por um lado, que os dados secundários são complementos diretos das informações recolhidas durante a entrevista.

Ademais, é crucial ressaltar que determinadas informações foram obtidas primariamente por meio de pesquisas online, utilizando a plataforma B-ON, além do acesso aos portais públicos e confiáveis de organizações renomadas, tais como a ONU, CPLP, PALOP, UEMOA, OHADA, Banco Mundial, Instituto Nacional de Estatísticas da Guiné-Bissau (INE-GB), Ministério da Economia e Finanças, e Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra Pobreza. Essa metodologia permitiu o acesso a

dados atualizados e relevantes para a análise em questão, contribuindo significativamente para a robustez e confiabilidade do estudo.

Em função destas afirmações procuramos, ao longo do estudo, obter a verificação empírica em torno das hipóteses apresentadas, e reconhecemos também a escassez da literatura sobre esta temática, o que nos induz, em certo momento, a criar um modelo de análise próprio por meio de uma interpretação teórica adaptada à realidade em que se encontra o país.

#### 4.2 O modelo de análise

Segundo Campenhoudt & Quivy (2019), o modelo de análise é o prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise.

No modelo de análise que propomos tais variáveis incluem: *Comunicação e Cooperação, Regulamentações, Concorrência, Subsidiariedade, Reconhecimento e Valorização, Burocracia estrutural, Investimento e Recursos, Tributação ou Regulamentações Onerosas.*

Figura 9: Ciclo da influência



Fonte: Elaboração própria.

Todos elementos mencionados devem ser considerados com extrema sensibilidade, reconhecendo que são partes interdependentes que formam fluxos de resultados institucionais influenciados por essas dinâmicas.

O ciclo de harmonização representa um processo crucial para estabelecer coerência entre os setores interveniente.

Importa, pois, nesta pesquisa, compreender a falta de harmonização entre o setor público e as organizações não governamentais na Guiné-Bissau, seja nas dinâmicas sociais, económicas e/ou políticas.

Para os efeitos definimos duas *hipóteses* de estudo:

- *H1: A criação de espaço de concertação e de elaboração de uma estratégia conjunta entre Estado e as ONG pode assegurar a qualidade e exequibilidade das políticas públicas-sociais.*
- *H2: A elaboração/adoção de Lei-quadro relativa à organização de sociedade civil, pode garantir a harmonização entre setor público e as organizações não governamentais.*

Estas hipóteses servirão como guias para a elaboração do guião de entrevistas com vários públicos relacionados com o Estado guineense e entidades representativas das organizações da sociedade civil do país. Posteriormente, serão tratados e interpretados os dados recolhidos através das entrevistas.

#### **4.2. Caracterização do caso**

A ONGD VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano é uma pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública, de carácter não-governamental, lançou as suas atividades em (1992) e constituiu a formalidade jurídica junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português. Ou seja, passou a ser reconhecida como uma organização sem fins lucrativos de utilidade pública, regulamentada pela lei-quadro de economia social portuguesa, citado pela (ONGD VIDA, 2022).

Conforme citado pela ONGD VIDA (2022), os objetivos estão orientados para ajudar as pessoas a desenvolverem as suas capacidades e o potencial da terra onde vivem, com vista a um desenvolvimento humano sustentado e justo. Por outro lado, as

suas atividades estão centradas em dois países lusófonos, Guiné-Bissau e Moçambique, com um foco específico na Guiné-Bissau.

Segundo ONGD VIDA (2022), a organização adota uma abordagem multifacetada através de quatro segmentos:

1. **Presença Contínua e de Longo Prazo:** Essa estratégia busca aumentar o compromisso com a comunidade ao longo do tempo, superando a insustentabilidade dos projetos com duração de 2 a 3 anos, seguindo critérios internacionais de gestão e monitoramento. A ONGD VIDA procura estabelecer atividades locais através de uma interação saudável e confiável, solidificando suas atividades relacionadas a causas sociais.
2. **Projetos Integrados:** Este mecanismo se insere na fase inicial do desenvolvimento de projetos específicos para abordar desafios comunitários. Na implementação do projeto, são estabelecidas atividades gerais ou suplementares que promovem o desenvolvimento das pessoas envolvidas.
3. **Participação Comunitária:** A filosofia deste segmento concentra-se em integrar os beneficiários na análise e na operacionalização do projeto, permitindo sua participação na busca de soluções para os problemas locais. Isso é considerado essencial para erradicar a pobreza e oferecer respostas sustentáveis aos desafios da comunidade.
4. **Tecnologias Adaptáveis e Sustentáveis:** Neste segmento, a ONGD VIDA busca adotar projetos com tecnologias viáveis para a realidade social do país, gerando informações e adequando soluções à problemática identificada.

O trabalho em rede é uma estratégia chave da organização, envolvendo a comunidade nas etapas do projeto. A ONGD VIDA estabelece parcerias, tanto com parceiros locais, que contribuem para o estudo de viabilidade e facilitam a articulação das tarefas, quanto com parceiros institucionais, associações comunitárias, ONG locais, grupos informais, mulheres, homens e especialistas internacionais.

Dessa forma, o processo de mudança busca fortalecer a base com ferramentas técnicas e conceituais, permitindo que comunidades vulneráveis tenham acesso a cuidados básicos, autocuidado e melhoria da qualidade de vida em diferentes regiões do país. Com 30 anos de intervenção na Guiné-Bissau, a ONGD VIDA adapta suas

atividades de acordo com o sistema socioeconômico vigente no país e acentua sua atuação em defesa dos menos favorecidos.

Na Guiné-Bissau, a ONGD VIDA mantém atividades em diversas áreas, que englobam sistemas essenciais, com destaque para a saúde, que é a principal área de investimento, além de desenvolvimento rural, educação, educação para desenvolvimento, habitação e infraestruturas, saneamento básico e água, (ONGD VIDA, 2022).

Para destacar o conceito da cobertura das ações públicas desenvolvidas é necessário identificar as linhas pedagógicas dos projetos, porém apresentamos a descrição dos mais recentes dois projetos que a ONGD VIDA está a desenvolver na Guiné-Bissau, destaca-se:

1. **Projetos de Pro-Cultura (Centro de Artes Cénicas Transdisciplinar de Bissau):** Este projeto adota o modelo de co-financiamento, uma cooperação delegada financiada pela UE em parceria com Camões, com implementação parcial pela ONGD VIDA. O projeto envolve várias instituições nacionais e internacionais, incluindo o Grupo de Teatro Oprimidos de Bissau (GTO), a Academia Livre de Artes Integradas do Mindelo (ALAIM) em Cabo Verde, a Companhia de Músicas e Teatro de Lisboa e o Centro de Estudo Teatral da Universidade Nova de Lisboa. Seu objetivo principal é contribuir para a valorização da classe artística e cultural, tornando-a mais profissional e credível. O projeto busca estabelecer um ecossistema inclusivo em que todos os atores no domínio da arte e cultura adotam novos modelos de ação pública com o apoio do governo e parceiros internacionais para a valorização e sustentabilidade da classe.
2. **Projetos de Resiliência Ambiental e Choques Climatéricos:** Este projeto concentra-se na criação de um plano de micros seguros de saúde para garantir as primeiras assistências médicas nas comunidades identificadas. É financiado pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O objetivo é fortalecer a resiliência das comunidades em face de choques climáticos e ambientais, proporcionando acesso a cuidados de saúde essenciais.

Os projetos demonstram a diversidade e abrangência das atividades da ONGD VIDA na Guiné-Bissau, abordando questões culturais e ambientais de maneira integrada.

Por outro lado, o programa sustenta ainda a necessidade de aumentar progressivamente os mecanismos de criação das condições para o acesso à saúde com facilidade. Dado que as comunidades ou populações rurais são drasticamente afetadas nas suas fontes de rendimento por motivos das alterações climáticas, o que reduz a possibilidade de ter acesso condigno aos centros de saúde.

O projeto também tem como objetivos secundários o processo de capacitação na matéria de gestão financeira, alfabetização digital e prestações de contas das pessoas que vivem nas comunidades de secção de Suzana e Varela norte da Guiné-Bissau.

As etapas desenvolvidas para compreender os detalhes funcionais desta instituição, razão pela qual consideramos indispensável ter a noção dos mecanismos internos de gestão, que começam pela classificação dos órgãos.

Ainda é muito importante destacar o enquadramento jurídico que vem a conceituar os mesmos, no caso da Lei Base da Economia Social Portuguesa, através do Decreto Presidencial nº 58/2013 de 8 de maio, que delimita a formação dos órgãos sociais e consequentes benefícios estatutários por demais artigos vigentes, como: (artigo 1º; artigo 4º, artigo 5º; artigo 6º; artigo 7º; artigo 11º), como podemos constatar na formação dos órgãos sociais da ONGD VIDA.

- O Conselho de Administração é constituído por cinco elementos;
- O Conselho Fiscal é constituído por 3 elementos;
- A Assembleia Geral é formada por três elementos.

No entanto, enquanto uma organização de dimensão internacional procura fixar as estruturas locais mediante uma representação, a orgânica institucional tem sido proporcional e assimétrica em função das modalidades dos projetos concebidos, mesmo a nível da parceria rubricada com outras organizações da plataforma inclusiva da OSC do país da intervenção.

No entanto, isso define a quantidade de recursos humanos para as estruturas recém-criadas; efetivamente, elas são dinamizadas em função das problemáticas que visam solucionar, e os limites são definidos pelos potenciais parceiros ou doadores no caderno de encargos.

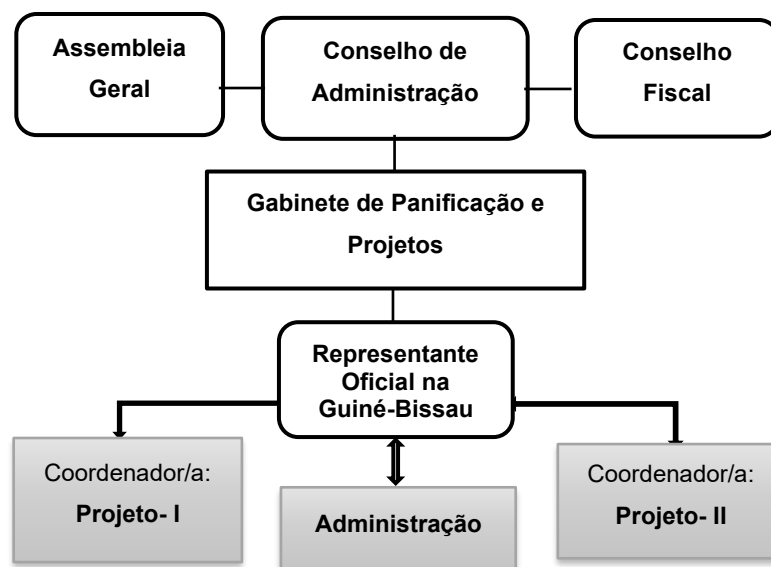
De acordo com os dois projetos de intervenção que a ONGD VIDA está a desenvolver na Guiné-Bissau, as estruturas representativas estão constituídas pelas seguintes características:

O representante principal: é a pessoa responsável pelas atividades da ONGD VIDA em todo o território nacional "Guiné-Bissau". A função inclui representar a organização em todas as atividades necessárias, criar e rubricar acordos específicos ou gerais com diferentes entidades residentes no país sob a orientação direta do conselho de administração e de outros órgãos constituintes.

A coordenação: é uma estrutura intermédia representada por um indivíduo que coordena e executa o plano estratégico e operacional, ou seja, investe na implementação e controlo das atividades definidas no projeto.

Repartição administrativa e financeira: é o órgão responsável pela gestão dos procedimentos táticos e operacionais, custos com pessoal, relatórios de gestão, relatórios financeiros, avaliação do desempenho, contratação de pessoal, a estimativa da rentabilidade dos projetos, colocando em prática os princípios éticos e deontológicos definidos na lei geral de trabalho da Guiné-Bissau.

*Figura 10: Órgãos sociais e a representação da (ONGD-VIDA) na Guiné-Bissau*



Fonte: Adaptado (ONGD VIDA, 2022)

Por meio deste plano síntese e cronológico, somos levados a uma apreciação intuitiva do ciclo de intervenção da ONGD VIDA na Guiné-Bissau ao longo dos anos, por meio de projetos de desenvolvimento com foco nas áreas rurais.

Destacamos especialmente a região norte do país, abrangendo a região de Cacheu, o setor de São Domingos e a secção de Suzana, bem como a região de Biombo e o SAB.

*Figura 11: Cronologia: projetos desenvolvidos na Guiné-Bissau*

Ano	Projetos de intervenção	Áreas
<b>1995/1998</b>	Formação e capacitação dos professores e alunos.	Educação.
<b>1998</b>	Prestações de apoio aos refugiados em região fronteiriça, São Domingos.	Ajuda humanitária.
<b>1998/2000</b>	Reabilitação de seis centro de saúde e um hospital, criação de centro nutricional terapêutico.	Saúde pública.
<b>2002/2012</b>	Fortalecer a capacidade de gestão dos sistemas de cuidados primários de saúde e desenvolvimento de saúde comunitária por meio de 54 unidades básicas.	Saúde pública.
<b>2010</b>	Criação de centro comunitárias de saúde materna infantil.	Saúde pública.
<b>2010/2014</b>	Criação de 50 furos de água em São Domingos onde 15.000 pessoas beneficiaram de água potável em diferentes polos do setor.	Infraestruturas, Água e saneamento.
<b>2012/2014</b>	Expansão para região de Cacheu e Biombo no apoio ao programa de S.C. e programa de mutualidade.	Saúde pública.
<b>2016</b>	Operacionalização de saúde comunitário no SAB com apoio de 1.100 ASC capacitados para dar seguimentos aos agregados familiares.	Saúde pública.
<b>2018</b>	Extensão e continuação da rede de saúde comunitárias em Cacheu, Biombo.	Saúde pública.
<b>2018</b>	Criação de casa agrícola de Suzana no âmbito de projetos de segurança alimentar em seis aldeias. Constituição e formalização da associação da mutualidade de saúde em Suzana e varela.	Infraestrutura, segurança alimentar e desenvolvimentos rural.
<b>2019/2020</b>	Programa de reforço da capacidade institucional da direção do serviço de saúde comunitária de Bissau, Cacheu e Biombo no âmbito da resposta de covid-19.	Saúde pública.
<b>2020/2022</b>	Criação de centro de atendimento para covid-19 (Call center) com objetivo de apoio operacional a resposta de casos suspeitas de covid-19 na Guiné-Bissau.	Saúde pública.
<b>2021/2024</b>	Criação de centro de arte cénicas transdisciplinar de Bissau, para contribuir para grau de profissionalismo no cenário da arte e cultura nacional.	Desenvolvimento e cultura.

Fonte: Adaptado (ONGD VIDA, 2022)

Para a análise do estudo de caso, uma das estratégias mais desejáveis é utilizar a lógica de adequação ao padrão (empírico e prognóstico). Se os padrões coincidiram os resultados podem ajudar o estudo de caso a reforçar a sua validade (Yin, 2001).

### **4.3. As entrevistas**

As entrevistas, enquanto instrumento de recolha de dados, têm como objetivo responder aos objetivos de estudo por meio da pergunta inicial. No entanto, optamos por adotar modelos de entrevista dirigida, de modo que não seja inteiramente aberta nem conduzida por um grande número de perguntas precisas. As perguntas são relativamente abertas, com o propósito de obter informações relevantes por parte do entrevistado (consulte o guião da entrevista no Anexo 7).

Se a entrevista é, antes de mais, um método de recolha de informação, o espírito analítico do investigador deve, no entanto, permanecer continuamente atento, de modo que suas intervenções tragam dados tão fecundos quanto possível, conforme Compenhoudt & Quivy (2019).

Em suma, o processo supracitado procura proporcionar mais liberdade ao entrevistado, explorando os significados nas temáticas de seus interesses dentro do âmbito da entrevista.

O painel da entrevista foi constituído por representantes e gestores de topo das OSC guineense, dirigentes e responsáveis da ONGD VIDA, consultores internacionais e o responsável de topo do Ministério da Mulher, Coesão Social e Luta contra a Pobreza, um departamento governamental, e voluntários.

No caso da ONGD VIDA, foram recolhidas informações concretas sobre o seu modelo de gestão e sustentabilidade, bem como sobre a perceção dos seus dirigentes em relação ao relacionamento institucional com o governo e outros parceiros da fileira.

É também possível dialogar com diversas OSC nacionais, incluindo a LGDH, considerada uma das instituições de referência nacional. Essa oportunidade foi crucial para ouvir dos entrevistados sobre as dificuldades e o distanciamento entre os setores público e social.

No que diz respeito ao governo, realizamos entrevistas com pessoas de escalão elevado na hierarquia do Ministério da Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza. A partir dos testemunhos obtidos, foi possível obter uma imagem da dimensão e esforço que o governo tem feito para aproximar os intervenientes do setor das ONG, reconhecidos como parceiros do desenvolvimento no país.

Por meio destas entrevistas, cujos perfis são descritos na Figura 12, procuramos avaliar globalmente a intensidade do quadro de relacionamento, bem como o grau de dependência e vulnerabilidade das políticas públicas do país. Da mesma forma, buscamos impulsionar um procedimento semelhante em relação ao modelo de sustentabilidade das organizações do setor, tanto a nível nacional quanto internacional, conforme evidenciado no quadro do perfil heterogéneo dos entrevistados.

*Figura 12: Perfil dos entrevistados*

Data	Entrevistados	Género	Organização	Função	Idioma	Duração	Modo
20/07/2023	A	F	ONGD VIDA	Coordenadora dos projetos	Português	2 horas	presencial
08/08/2023	B	M	ONGD VIDA	Representante na Guiné-Bissau	Português	1h :30mn	Google Meet
09/10/2023	C	M	LGDH	Presidente	Português	1h :30mn	Google Meet
19/10/2023	D	M	MMCFLCP	Diretor geral	Português	1 horas	Google Meet
29/10/2023	E	F	AMIC	Tec. Administrativo	Crioulo	1 horas	Google Meet
30/10/2023	F	F	Voluntário	Membro de associação	Crioulo	1 horas	Google Meet

As entrevistas foram conduzidas de forma híbrida, ou seja, realizadas tanto presencialmente como através de ferramentas de tecnologia de comunicação, como Google Meet e Vídeo Chamadas, de acordo com o tipo de instrumento acessível para estabelecer contato com nossos entrevistados. A duração das entrevistas variou conforme a disponibilidade e as valências dos entrevistados, totalizando 480 minutos e resultando em uma média de uma hora por entrevistado.

A variação na duração das entrevistas permitiu que as questões não se prendessem exclusivamente ao guião produzido. Isso resultou em respostas improvisadas dos entrevistados, refletindo sua autoria exclusiva e conhecimento em relação às decisões do governo e, conseqüentemente, aos impactos no funcionamento das ONG.



de governança. Para obter informações relacionadas à Hipótese 2, direcionamos as perguntas para o âmbito jurídico, esclarecendo o funcionamento do quadro normativo. Da mesma forma, buscamos explorar as questões relacionadas aos parceiros de desenvolvimento e à sustentabilidade das ONG que atuam no país. Em geral, esse processo envolve 25 perguntas pré-definidas.

É importante destacar nosso posicionamento de distância em relação aos participantes entrevistados no que diz respeito à recolha de evidências e à sua interpretação, principalmente no caso específico das possíveis influências no funcionamento das OSC e do próprio governo guineense.

Seguindo as recomendações epistemológicas de Campenhoudt & Quivy (2019) e de Yin (2021) no contexto de investigação qualitativa, abstermo-nos de fazer juízos de ordem subjetiva ao comparar as ONG com o Estado ou outros parceiros envolvidos nas várias dimensões consideradas.

#### *4.4.1. Interpretação dos resultados*

As respostas obtidas estão alinhadas com as variáveis instrumentais convenientemente definidas para validar ou não as hipóteses H1 e H2. No entanto, algumas respostas estão estritamente relacionadas às variáveis subordinadas à hipótese H1, enquanto outras se direcionam exclusivamente para a hipótese H2. Existem, no entanto, algumas respostas que fornecem dados relevantes para efetuarmos inferências acerca de ambas as hipóteses.

Nas subsecções seguintes, apresentamos a leitura proporcionada pelas entrevistas, sendo notório que os entrevistados apontam aspetos muito similares sobre a realidade organizacional do setor social e os respetivos desafios.

##### *4.4.1.1 Harmonização entre setor público e as organizações não governamentais (ONG)*

Identificámos diversas dificuldades nos procedimentos éticos e administrativos, destacadas como ponto de partida para o insucesso no processo de conciliação do setor. É evidente a existência de várias barreiras nos procedimentos que dificultam o acesso à informação necessária para a tomada de decisões equilibradas. Todo este cenário reflete a falta de colaboração institucional entre os intervenientes, com particular destaque para as instituições parceiras que providenciam fundos para os projetos sociais das OSC que operam no país.

O executivo deve criar as condições necessárias para o relançamento do setor económico, bem como do setor social, em vez de interpretar a participação dos projetos sociais, que envolve ONG e outras OSC, como hostil ou considerá-las organizações de finalidade económica. Não devem ser classificadas da mesma forma que entidades pertencentes à economia de mercado, como multinacionais, bancos ou indústrias. Apesar de toda a complexidade vigente, reconhece-se a necessidade urgente de uma resposta rápida e adequada.

Com a observação, concluo que as OSFL na Guiné-Bissau desempenham o papel de economia de mercado, uma vez que o país está fragilizado nos indicadores do desenvolvimento. Diante dessas vicissitudes, os atores não estatais continuam a desempenhar parcialmente o papel de maior empregador no setor privado, oferecendo vários postos de trabalho com garantias de promoção na carreira para mão de obra qualificada. Por outro lado, isso passa a funcionar como uma "antecâmara" para futuros cargos de gerência no próprio Estado.

#### *4.4.1.2 Os efeitos da competição entre ONGDs, ONG locais e setor público no mercado*

Apesar dessa predominância, algumas intervenções das ONG são vistas como prejudiciais, tanto pelo governo quanto pelas comunidades envolvidas ou não nos projetos de intervenção, sobretudo nas zonas rurais onde os funcionários públicos são pré-existentes e a mão de obra é escassa.

Em algumas regiões da Guiné, os centros de saúde contam com dois ou três técnicos de saúde para cobrir as necessidades sanitárias de uma tabanca ou secção com mais de 8.000 habitantes (Entrevistado D). Esses indicadores são cruciais na definição dos resultados da intervenção das ONG, independentemente do nível da carência social vigente ou do público-alvo específico.

Quando as ONG começam a desenvolver atividades em uma determinada região do país, especialmente nas áreas de educação e saúde, isso imediatamente atrai a maioria dos funcionários públicos, considerando as ofertas de mão de obra que são superiores às do Estado e as condições de trabalho aceitáveis.

A disparidade salarial das ONG em comparação com o Estado constitui uma diferença extremamente ampla em várias dimensões, especialmente no que diz respeito ao poder de influência. Por exemplo, um enfermeiro que trabalha na função pública com um salário base de 200€ mensais, enquanto as ONG fixam os salários para a mesma

categoria (letra) no valor de 450€, o dobro do salário normal oferecido pelo Estado na mesma função. Em alguns casos, há acesso a viatura e outros benefícios adicionais.

É compreensível que os serviços públicos estão cada vez mais propensos a ficar sem funcionários para responder às tão escassas prestações de serviço nessas áreas, dado que as ONG não têm assumido de forma integral os serviços públicos. No entanto, a qualidade do atendimento no setor continua a ser baixa.

Por outro lado, se a intervenção das ONG coincide com a capacidade de resposta do Estado em áreas onde os serviços públicos são robustos (com mão de obra abundante, qualificada e condições de trabalho aceitáveis), isso poderia assegurar muitas valências à comunidade e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida.

É importante salientar que essa convergência de princípios não está à margem dos regimes jurídicos vigentes no país, mas sim, perante a sua ausência, que define os limites das atividades económicas do terceiro setor, conforme mencionado pelo entrevistado (D).

A falta de competitividade no setor das ONG na Guiné é um facto recorrente promovido pelos parceiros e financiadores, segundo o entrevistado (C). Quando se verifica a falta de concorrência por esses fundos sociais, acaba por minar a qualidade dos resultados esperados. Contudo, procuramos elementos centrais do debate para resumir os resultados em dois níveis:

Primeiro Nível: critérios de concessão dos fundos; numa larga maioria dos termos de referência indicados para pré-financiamentos dos projetos, é recomendada ou até exigida a fusão entre ONG nacionais e internacionais especializadas na área de implementação do projeto.

Segundo Nível: impõem-se como mecanismos para melhorar o nível de competitividade através da organização, da legitimidade das estruturas administrativas das ONG locais, clareza na definição dos objetivos e recursos humanos qualificados para responder às outras demandas no termo de referência apresentado ou que sejam equiparadas às estruturas das organizações internacionais, sobretudo na área financeira.

Os entrevistados foram unanimemente críticos quanto à falta de harmonização entre o setor público, setor social e parceiros de desenvolvimento, como a UE, maior financiador dos projetos sociais, seguida de algumas agências da ONU e do BM.

A falta de consenso entre os atores da classe levanta muita preocupação; mesmo assim, tentamos apresentar uma análise minuciosa por meio das quatro variáveis implicadas:

**Hostilidade:** O clima de hostilidade entre o governo e as OSC, a rivalidade das ações no terreno (comunidades rurais) que fomenta a desacreditação da comunidade sobre os serviços prestados pelo executivo. Em algumas circunstâncias, questiona-se a existência desses serviços em várias zonas administrativas do país.

**Coordenação:** Falta de coordenação entre potenciais financiadores dos projetos sociais e as ONG, justificando assim a desvinculação com as tarefas objetivas e o conhecimento profundo da causa, tanto pelo financiador quanto pela instituição que irá executar o projeto. Isso leva a indícios de corrupção na gestão dos fundos doados.

**Ambiguidade:** Ambiguidade no sistema jurídico, que não segrega e autorregula os padrões de funcionamento (limites, exceções das partes envolvidas), e também na promoção de consensos por meio de espaços de debates inclusivos.

**Competência:** A falta de fortificação da estrutura local ONG locais no âmbito da competência para se adaptar aos padrões internacionais para execução e desenvolvimento de projetos sociais sustentáveis.

#### *4.4.1.3 O papel do governo na regulamentação de ecossistema.*

Finalmente, as afirmações que se seguem consideram débil o mecanismo de coordenação setorial, o que se deve ao fracasso do governo guineense em definir suas prioridades estratégicas de curto, médio e longo prazo como ferramentas para valorização do terceiro setor.

A circunstância indicada leva os potenciais parceiros a assumirem o protagonismo na definição das prioridades de intervenção no país, reafirmando a ausência da autoridade do Estado perante os desafios enfrentados pelas ONG, conforme mencionado pelo entrevistado (A).

Quanto à governança, a descrição desta variável foi discutida com muita atenção, devido à convergência gradual das ações das ONG para uma economia de mercado.

É particularmente importante notar que a Guiné-Bissau aparenta ter uma economia muito vulnerável, ou seja, há uma inexistência relativa de um mercado com

atividades económicas estruturadas, diversificadas e competitivas. Por estas razões, justifica-se o baixo fluxo dos circuitos financeiros que poderiam solidificar as atividades do mercado, levando o Estado a perder a sua capacidade de arrecadar receitas por meio das políticas fiscais e aduaneiras.

No entanto, a consequência disso se reflete na perda de capacidade de resposta às demandas sociais vigentes na saúde, educação, saneamento e desenvolvimento rural, conforme mencionado pelo entrevistado (A).

Esta especificação reflete nos resultados aqui apresentados que destacam a questão da credibilidade do sistema, a instabilidade política e governativa, que na prática acarreta enormes prejuízos e custos no processo de consolidação do desenvolvimento sustentável.

É crucial que o governo guineense redobre os esforços para melhorar as questões básicas de governabilidade, começando por equacionar o funcionamento gradual da máquina do Estado, de modo a assegurar condições de trabalho e garantir as despesas correntes, como os salários básicos do quadro de pessoal da função pública, que ainda é um problema a ser discutido.

Além disso, enfatizamos a necessidade de corrigir imediatamente a disfuncionalidade das estruturas regionais do Estado como zonas económicas, ou seja, aumentar a presença do governo em todas as áreas administrativas do país. Esta abordagem é, sem dúvida, a fórmula para diminuir gradualmente as limitações das respostas apresentadas. Por outro lado, a definição clara das metas governativas para áreas sociais prioritárias pode servir como um guia para a ação integrada dos parceiros de desenvolvimento.

É notável que os objetivos das ONG na Guiné-Bissau, que remontam a anos, se alinham com a sua missão, não apenas para cobrir as lacunas do Estado, mas também para assumir, na prática, o papel do Estado, fornecendo serviços básicos. Isso reflete na dependência do Estado dessas instituições, conforme destacado pelo entrevistado (E). Essa intervenção exige uma colaboração significativa entre as instituições para alcançar os objetivos e sugerir alterações no quadro social.

É importante inovar os mecanismos de exercício de poder político, especialmente em seu processo decisório. Sabemos que as definições das políticas públicas geralmente têm um impacto direto em nossas vidas. Quando mal geridas,

tendem a influenciar gradualmente os mecanismos criativos que estabilizam a participação efetiva da OSC na definição das políticas públicas sociais.

Segundo o entrevistado (C), é muito importante compatibilizar o método com as possíveis causas sociais, mas, sobre tudo, é importante democratizar o sistema de exercícios de poder político antes da adoção das políticas públicas, por outras palavras, a implementação efetiva das consultas públicas em todas as suas dimensões.

#### *4.4.1.4 O modelo de gestão e sustentabilidade institucional*

A ONGD VIDA continua a desenvolver suas atividades no país, com um grupo de foco específico variado, atendendo com muita flexibilidade às necessidades do momento ou à natureza do projeto. Apesar do seu reconhecimento nacional e internacional pelos resultados alcançados no processo de desenvolvimento de saúde comunitária na Guiné, contribuindo para a redução da mortalidade precoce em muitas comunidades, a organização também fortalece continuamente o funcionamento das estruturas sanitárias na região norte, SAB e região de Biombo.

No mesmo âmbito, a ação pública continua a merecer destaque no domínio da educação, com ênfase na "capacitação para o desenvolvimento rural resiliente", empreendedorismo, construção e reabilitação dos centros de formação comunitária com grupos focais.

Segundo o entrevistado (B), reafirma a existência de um quadro saudável de relacionamento entre o Estado/governo e a ONGD VIDA, suportado tecnicamente por vários acordos rubricados. Essa abertura testemunha o apoio incondicional do governo em participar com meios possíveis nos projetos sociais. Uma comunicação fluida e concertada na rede pode estabilizar os procedimentos burocráticos e éticos. Ou seja, apesar da hostilidade invocada, não reduz a essência deste quadro de contato, com a possibilidade de melhoria contínua.

É relevante destacar que o mecanismo de apoio estatal às ONG resume-se a um quadro de colaboração institucional. É importante ressaltar novamente que a ação dessas organizações remonta a anos, no entanto, até então, não se verifica uma subvenção direta ou adoção da política de subsidiariedade do governo para a ONGD VIDA e outras organizações da fileira, independentemente de ser uma organização estrangeira.

Por um lado, há um reconhecido esforço do governo guineense, por meio do Ministério da Economia e Finanças e da Divisão das Alfândegas, na aplicação das políticas de isenções fiscais no âmbito das exportações e importações de materiais das ONG destinados aos projetos sociais. O Entrevistado (A) ressaltou a fragilidade imposta pelos limites de financiamento estabelecidos por parceiros ou financiadores, decorrentes da estratégia do governo para estimular e convencer os parceiros a investir mais nas respostas sociais.

Certamente, isso tem impactado os mecanismos de autossuficiência dos projetos e, conseqüentemente, o funcionamento da estrutura administrativa local. Sem dúvida, há muitos obstáculos para garantir a eficiência e eficácia das ações no terreno, pois o objetivo é contribuir para melhorar os indicadores de pobreza no país nas áreas de alto risco.

O setor das ONG na Guiné-Bissau precisa de uma nova abordagem para obter uma nova visibilidade para a classe, não apenas pela sua enorme dimensão, mas também como ponto de referência para a consolidação do desenvolvimento sustentável. Por essa razão, é inquestionável a necessidade de vontade política e administrativa para a consolidação desse setor.

Contudo, o sucesso da instituição estudada envolve a sua capacidade de dialogar com o grupo-alvo, envolvendo os voluntários e as OSC nacional em uma estreita colaboração estratégica para contribuir no fortalecimento de um quadro de relacionamento saudável com as comunidades e os voluntários.

Dada a proximidade, estas organizações tornam-se cada vez mais competentes, adquirindo um conhecimento profundo sobre o sistema de saúde na Guiné, com ênfase na saúde comunitária. No entanto, para a ONGD VIDA, a ausência desse contexto envolvente compromete não apenas a implementação eficiente do projeto, mas também os resultados desejados.

Quanto à capacidade de resposta, a ONGD VIDA tem aumentado gradualmente, apesar dos muitos problemas sociais. Ainda assim, continuam a surgir mais casos específicos e emergentes, como a pandemia de Covid-19 e a problemática das alterações climáticas e seus impactos. No entanto, é necessário implementar mais valências para dinamizar a resposta.

Esta determinação institucional revela o poder de autonomia da ONGD VIDA na ampliação do seu alcance internacional para estender suas redes de contatos, com o objetivo de convencer os parceiros e mobilizar fundos, sem depender exclusivamente da política estratégica do país.

#### *4.4.2. Análise de fluxo de financiamento dos projetos sociais da ONGD VIDA*

Ao analisar o relatório de gestão da ONGD VIDA em um período de sete anos, de 2018 a 2024, certifica a autonomia, diversidade e resiliência da instituição estudada. Apresenta-se a distribuição orçamental em diferentes projetos:

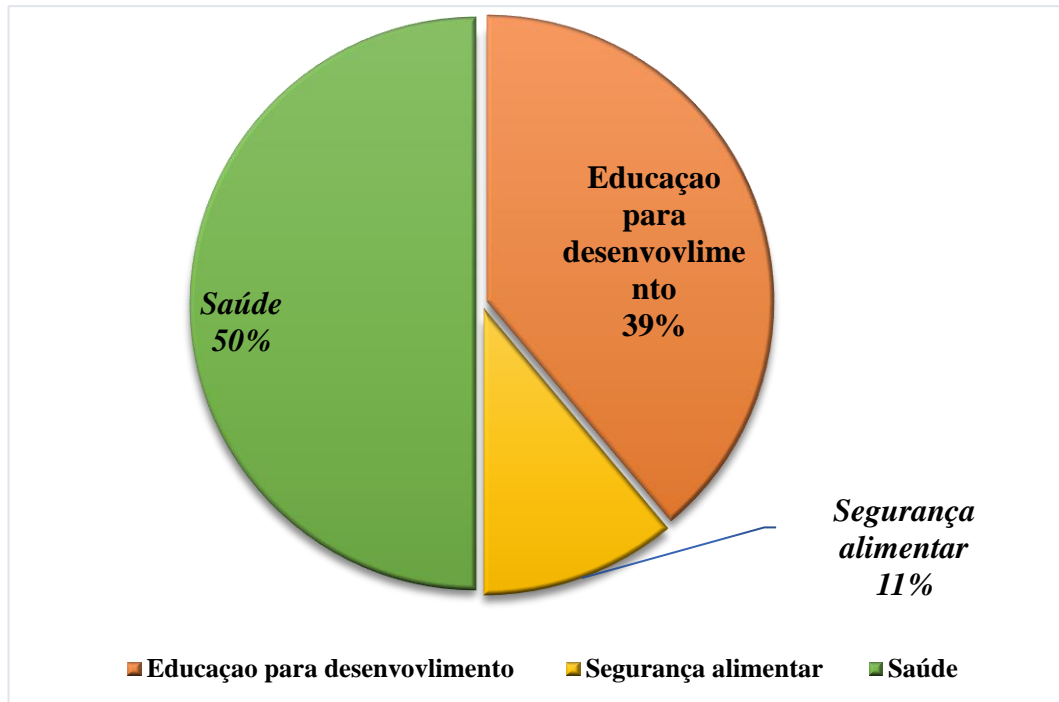
1. Projeto de Desenvolvimento Comunitário (2018-2020): Com duração de dois anos e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e Direção Geral de Saúde de Portugal, recebeu €333.400,38.
2. Segundo Projeto (2020): Orçado em €65.395,18, é financiado pelo Camões IP.
3. Terceiro Projeto (PNUD): Dividido em duas fases, a primeira com um orçamento de €29.249,18 e a segunda, correspondente ao segundo trimestre de 2023, com €166.245.
4. Dois Projetos Financiados por Instituto Camões e UNICEF (2020-2021): A primeira fase recebeu €124.501,23, e a segunda fase, aproximadamente €123.473,24, ambos para desenvolvimento comunitário. No mesmo ano, é concebido outro financiamento de €325.586,78 para reforço de serviços de saúde comunitária.
5. Projeto Financiado pela UE (Até 2024): Orçado em €871.712,10, representa 65% de todos os fundos recebidos pela ONGD VIDA entre 2018 e 2024.

No total, a ONGD VIDA implementou ou está implementando seis projetos, correspondendo a um montante total de €2.239.373,14. Este aumento gradual reflete não apenas a confiança dos financiadores e parceiros, mas também o reconhecimento por parte dos beneficiários, usuários e voluntários.

O gráfico evidencia a concentração e direcionamento dos fundos doados pelos parceiros e financiadores, destacando a sensibilidade e a importância do apoio aos projetos sociais, especialmente diante dos desafios significativos no sistema de saúde do país. Essa prática se estende não apenas à área de saúde, mas também à educação

para o desenvolvimento, envolvendo uma série de projetos de sensibilização e aprimoramento de técnicas para enfrentar os desafios enfrentados

Figura 14: Financiamento por área de intervenção



Com base neste gráfico, observa-se que as prioridades de intervenção da ONGD VIDA e de seus parceiros concentram-se nas áreas sociais, destacando a educação para o desenvolvimento, saúde e segurança alimentar. Isso reforça a representação das complexas problemáticas enfrentadas pelo país.

Geralmente, a manutenção das ONG, seja a nível nacional ou internacional, requer a colaboração conjunta de todos os envolvidos para superar ou minimizar os efeitos da disfuncionalidade do setor.

## **5. Considerações finais**

### **5.1. Conclusões**

Quando as agendas políticas coincidem com a agenda económica e social, frequentemente surgem questões semelhantes, especialmente no que diz respeito à harmonização. Esta é a prioridade da nossa pesquisa, a qual se baseia num caso específico com uma enorme capacidade de influência e semelhança com outras organizações do mesmo setor. É sabido que a atual conjuntura económica mundial, particularmente em África, tem aumentado ainda mais os riscos sociais. Neste contexto, a ONG tem desempenhado parcialmente várias funções para estabilizar a coesão social através da minimização dos riscos.

Certamente, esta ação faz muita diferença e torna-se cada vez mais decisiva para o bem-estar das pessoas e da sociedade em geral. Também, o estudo não tem limitado o seu entendimento de como funciona esta rede de estabilização das respostas sociais, mas sim, de como as ONG têm adaptado estas circunstâncias considerando as suas dependências para com os restantes parceiros, em que se presume, mediante o contexto, as incompatibilidades entre a capacidade de resposta e o nível de vulnerabilidade dos problemas identificados.

Neste quadro, falar da sustentabilidade das ONG que atuam na Guiné-Bissau é tão especial, por várias razões elencadas no estudo, entre as quais a ineficácia da política de subsidiariedade para as OSC nacionais e internacionais que trabalham permanentemente no país. Ou seja, estas práticas de apoios institucionais são assumidas na sua totalidade pelos parceiros de desenvolvimento, facto que reduz drasticamente o poder decisório do executivo face ao setor social. Dessa forma, constata-se a necessidade de repensar o setor das ONG guineenses para a promoção de um novo compromisso social.

É crucial ressaltar o papel das OSC na Guiné-Bissau. Nesse sentido, uma compreensão abrangente do funcionamento das ONG torna-se inexecutável sem levar em consideração o enquadramento de governança estabelecido pelas políticas públicas sociais em diversos domínios. Apesar de estar em conformidade com os requisitos formais, a ONGD VIDA não se encontra integrada na plataforma das OSC. Contudo, estabelece parcerias com várias organizações dessa plataforma e outros parceiros/financiadores do desenvolvimento.

Por um lado, o estudo destaca-se na capacidade de congregar vários contextos "literários" para justificar o ciclo de funcionamento do processo decisório. Além disso, apresenta uma variedade de legislações intercaladas que são apontadas como veículos para a regulamentação do setor, tais como CRGB, CC, decretos e convenções internacionais. Estas referências podem servir como pistas para estudos futuros mais aprofundados sobre o país, permitindo um conhecimento mais claro das partes envolvidas no setor social guineense e das dificuldades que as ONG internacionais encontram no terreno durante a implementação dos projetos.

Outra contribuição relevante é destacar o quadro de relacionamento entre as organizações de economia social estrangeiras e as organizações não governamentais nacionais, em articulação com instituições parceiras de desenvolvimento, incluindo (UE, ONU, BANCO MUNDIAL, UA, CPLP, CEDEAO), bem como algumas personalidades e as comunidades presentes. Isso não apenas considera as complexidades impostas pela fragilidade eminente do país, mas também destaca a capacidade de enfrentar as barreiras de forma resiliente no dia a dia.

No entanto, continuamos a incentivar a implementação de mecanismos democráticos no setor social, com o objetivo de aprimorar o quadro de funcionamento setorial, através da definição de tarefas específicas por áreas e com a legitimidade de operacionalização. Isso representa um passo importante

Neste contexto, a ONGD VIDA deparou-se com situações semelhantes enquanto uma ONGD portuguesa. Contudo, procura adotar mecanismos de transparência e boa governança através da inclusão dos participantes na tomada de decisões e na gestão de todos os projetos, tanto com o "governo" como com as "comunidades". A dinâmica revelou-se eficaz, apesar da falta de alguns mecanismos formais ou pré-estabelecidos.

Por isso, apresentamos algumas medidas para compatibilizar a harmonização do setor das ONG na Guiné-Bissau:

- Democratizar o funcionamento das OSC/ONG.
- Criar e padronizar uma conta satélite: um sistema de base de dados institucionais que nos permita controlar as evoluções das atividades das organizações.
- Implementar contabilidade estruturada: são mecanismos de gestão que nos permitem avaliar a saúde financeira das instituições.

- Incentivar a política de responsabilidade social: o governo, na qualidade de entidade reguladora, deve criar condições para que as empresas se aproximem do terceiro setor.
- Exigir prestação de contas: implementar o Decreto nº 23/92, de 23 de março de 1992, no seu Artigo 17, que obriga as ONG presentes na Guiné-Bissau a apresentar um relatório de atividades anual.
- Subvencionar as ONG nacionais: esta prática pode aumentar a autoestima e autonomia das organizações nacionais. Também pode ser aplicada pelas ONG internacionais que trabalham no país através da sua reconversão da taxa para uma isenção aduaneira clara e criteriosa.
- Capacitações: capacitar os quadros técnicos das OSC-GB pode melhorar o funcionamento da instituição, permitindo-lhes adquirir informações e conhecimento para concorrer a fundos internacionais destinados aos projetos pró-sociais na Guiné-Bissau.

Noutras hipóteses, surge a possibilidade da criação de uma lei-quadro das organizações de economia social, o que poderá abrir brechas no processo de caracterização das instituições não estatais guineenses e adequá-las a algumas medidas específicas das OSC/ONG. Por outro lado, considera-se também a aplicação do ato uniforme da HOADA relativo ao direito das sociedades cooperativas, (cf., em <https://www.ohada.org/en/cooperative-societies-law/>).

Neste âmbito, a experiência portuguesa na regularização do setor pode ser útil para o setor social guineense, dada a similaridade jurídica e administrativa existente entre os dois Estados devido aos fatores históricos (Guiné-Bissau e Portugal). No domínio do enquadramento legal e administrativo das organizações de economia social/terceiro setor em Portugal, são utilizados mecanismos que garantem a transparência e boa gestão, aumentando a credibilidade institucional, a capacidade de resposta e a dinamização da rede de contactos com doadores.

Para concluir, todas estas problemáticas que envolvem as organizações, a OSC da Guiné-Bissau, as ONG, os parceiros nacionais e internacionais, assim como o governo, se deve à falta de definições de políticas públicas sociais exequíveis, coerentes e precisas. Isso é crucial para garantir o alinhamento e harmonização do setor, fatores-chave devido ao papel desempenhado na economia nacional e no bem-estar social.

Contudo, é imperativo promover debates (espaços de concertação inclusiva) relacionados com o terceiro setor, quer por iniciativa do Estado ou de terceiros, pois, essa troca de ideias pode resultar na elaboração de diplomas e regulamentos em prol da classe e de todas as partes envolvidas.

### **5.1. Limitações de estudo**

É desafiante assumir uma pesquisa que envolve um país onde as informações estatais não são padronizadas por meio de um sistema, as estatísticas nacionais não são atualizadas. Isso significa que há um grande número de instituições públicas ainda com gestão arcaica de arquivos, o que se estende também para o setor privado e social.

As limitações são enormes, apontando para a indisponibilidade das pessoas ligadas ao setor, a dificuldade na identificação das instituições de economia social/ONG guineenses com informações atualizadas. Esse fato poderia estimular estudos comparativos ou gerar algumas amostras representativas. Supondo que as mesmas dificuldades reaparecem nas pesquisas para obtenção dos dados secundários, sobretudo para ter informações em tempo útil e atualizadas, além da escassez de artigos científicos relacionados ao contexto de estudo.

As abordagens preliminares e de contextualização do estudo revelam-se notavelmente dinâmicas, embasadas em uma variedade de pressupostos interligados. Essa abordagem multifacetada inegavelmente enriquece e valoriza significativamente o estudo. Por um lado, tal dinamismo amplia sua relevância pela singularidade do tema em análise, sendo um dos primeiros estudos relacionados ao setor social guineense que busca compreender este cenário setorial crucial, envolvendo o Governo, ONG/OSC e alguns parceiros de desenvolvimento que dedicam esforços incansáveis na luta contra a pobreza e na promoção do desenvolvimento local.

Podemos destacar, por um lado, três contextos: (1) a amostra de estudo reduzida, o estudo de caso que envolve a ONGD VIDA naturalmente representa uma parte reduzida das ONG que atuam na Guiné-Bissau; (2) sendo o primeiro a falar de harmonização entre o Estado, parceiros de desenvolvimento e as ONG, constitui também uma limitação inquestionável, já que não é possível fazer comparações necessárias entre as partes envolvidas, mas sim, uma análise geral intersectorial; (3) dada a característica do estudo, um método qualitativo com o principal mecanismo de recolha de dados baseado em entrevistas (comunicação oral), o estudo carece de dados factuais que não só poderiam ajudar a inferir sobre o estudo, mas também a aprofundar ainda mais sobre as causas.

## 6. Referências

- Anheier, H. K. (Janeiro de 2000). Gestão de organizações sem fins lucrativos: rumo a uma nova abordagem (Documento de Trabalho da Sociedade Civil 1). 1, pp. 1-21. Obtido em 2023, de <http://eprints.lse.ac.uk/29022/1/cswp1.pdf>
- Araújo, L., & Lurdes, R. M. (2017). Modelos de análise das políticas públicas. pp. 11-35. doi:10.7458/SPP2017839969
- Augel, M. P. (Janeiro de 2007). O Desafio do escombro : noção , identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. doi:9788576171348
- Avritzer, L. &. (2005). introdução. Para ampliar o Cânone Democrático, in Santos , B. org, Democratizar: os caminhos para democracia para a democracia participativa. pp. 39-82.
- Azambuja, D. (1996). Teoria Geral do Estado.
- Banco Mundial, G. (2022). *O Crescimento Económico*. Banco mundial, Estudo e Previsão Económico, Indicadores estatísticos, Bissau. Obtido em 2023, de <https://data.worldbank.org/country/guinea-bissau?locale=pt>
- Bardach, E. (2009). *A practical guide for policy analysis: the eightfold path to more effective problem solving* (3ª ed. ed.). Washington DC: CQ Press.
- Barros, M. d. (2022). Da solidariedade à estruturação de mercados geoestratégicos e propagação do neoliberalismo em África – a cooperação para o desenvolvimento nos PALOP. (M. C. Revista 3, Ed.) *Mundo crítico\_ Rrevista de cooperação e desenvolvimento*, 05. Obtido em Agosto de 2023, de <https://mundocritico.org/revista/da-solidariedade-a-estruturacao-de-mercados-geoestrategicos-e-propagacao-do-neoliberalismo-em-africa-a-cooperacao-para-o-desenvolvimento-nos-palop/>
- Bowman, W. (2011). Financial Capacity and Sustainability of Ordinary Nonprofits. Wiley Online Library. doi:22(1). <https://doi.org/10.1002/nml>
- Cardoso, C. (2014). O poder da palavra na configuração do espaço da cidadania ativa na Guiné-Bissau. *Comunicação apresentada no IX congresso Ibérico de estudos Africanos* . Coimbra.
- Carmo, H. (2011). *Teoria da Política Social ( Um Olhar da ciência política )*., p. 40.
- Casa dos Direitos, O. N.-B. (2017). *3ª Conferência das ONGs, "Renovar o compromisso com a Guiné-Bissau"*. Estratégico, Casa dos Direitos , Bissau. Obtido em 2023, de [https://www.instituto-camoes.pt/images/pdf\\_noticias/manifongdgb.pdf](https://www.instituto-camoes.pt/images/pdf_noticias/manifongdgb.pdf)

- Cristopher, H. C. (1986). *The Tools of Government*.
- De Sousa Silva. (25-27 de Abril de 2007). Desconolizando la dicotomia des superior-inferior en la idea de desarrollo de lo universal, mecánico y neutral a lo contextual, interactivo y ético. *Conferencia apresentada em primer Congresso Internacional Univeridad*. Espanha , Cuenca: Ecuador.
- Deserranno, E. A. (13 de 11 de 2023). As ONGs minam a capacidade do governo ? Evidencia dos serviços de saúde em Uganda. *Vox-Dev*, 2-5. Obtido em 23, de <https://voxdev.org/>
- Dominguês, M. (10 de Novembro de 2020). Inovação social e Avaliação de impacto a partir da economia social e solidaria, in pitacas , jose Luis. *Economia social numa visão plural*.
- Europeia, U., & Comissão, E. (2017). *RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO: sobre a execução do 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento no período 2014-2015*. União Europeia. Bruxelas: Comissão Europeia. Obtido em 2023, de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52017DC0159>
- Falconer, A. (1999). A promessa do terceiro sector: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestao. Tese de doutoramento apresentade a universidade de São Paulo.
- Fisher, leon, D., Parson, Hill, & Sabatier. (2003). *Reframing Public Policy. Discursive Politics and Deliberative Pratices*, Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press. doi: 9780191599255
- Forrest, J. (2003). Lineages of State Fragility. (J. Currey, Ed.) *Rural civil society in Guinea-Bissau*,.
- Gajdová, D., & Majdúchová, H. (2018). Financial Sustainability Criteria and their testing in the conditions of the Slovak Non-Profit Sector. *Contemporary Economics*,. pp. 33-57. doi:<https://doi.org/10.5709/ce.1897-9254.262>
- GB, G., UNICEF, & Humanite, I. (2022). *Plano Estrategico para a Educaçao Inclusiva para Guiné-Bissua*. Tecnico, Humanité & Inclusion, UNICEF, Direção Geral da Educação Inclusiva, Bissau; Guiné-Bissau. doi:<https://www.unicef.org/guineabissau/pt/relatorios/plano-estrat%C3%A9gico-nacional-de-educa%C3%A7%C3%A3o-inclusiva-para-guin%C3%A9-bissau-2022-2028>
- Gianfrancesco Costantini, R. U. (2018). *Mapeamento da sociedade civil da Guiné-Bissau*. Estratégico , UNIÃO EUROPEIA , Programa feed da União Europeia

- para a Guiné-Bissau , Bissau. Obtido em 2023, de [https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/mapeamento\\_sociedade\\_civil\\_gb\\_relatorio\\_final\\_1.pdf](https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/mapeamento_sociedade_civil_gb_relatorio_final_1.pdf)
- Honneth, A. (1993). Conceptions of civil society. pp. 19-22.
- INE-GB, I. N.-B. (2014). *Estatística Básica da Guiné-Bissau*. Instituto Nacional de Estatística\_INE-GB, Diretoria Geral. Av. Amílcar Cabral, Largo de Pinjiguiti: Instituto Nacional de Estatística\_INE-GB. Obtido em 2023, de <https://vdocuments.pub/estatisticas-basicas-da-guine-bissau-2014.html?page=1>
- John, P. (1998). Analysing Public Policy. *Analysing Public Policy*, p. 14.
- Jones, C. O. (1984). *An Introduction to the Study of Public Policy* (3ª ed.). Monterey: Brooks Cole Publishing. doi:CA
- Kingdon, J. w. (2011). Agenda, Alternatives and Public Policies. *Modelos de análise das políticas públicas: Agenda, Alternatives and Public Policies*, pp. 20-21. doi:10.7458/SPP2017839969
- Koudawo, F. (1996). A sociedade civil e transição pluralista na Guiné-Bissau, in Koudawo, F. e Mendy, P. (Coord), Pluralismo político na Guiné-Bissau. pp. 67-120.
- Lasswell, H. (1948). The Analysis of Political Behavior. (K. Paul, Ed.) *An Empirical Approach*.
- Lasswell, H. D. (1956). The Decision Process. *Seven Categories of Funcional Analysis*.
- Luc Van Compenhoudt, J. M., & Quivy, R. (Maio de 2023). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª ed.). (G. Valente, Ed., & M. A. João Minhoto Marques, Trad.) Portugal, Lisboa: Grávida. doi:9789896169299
- Maia, L. (10 de Novembro de 2020). Impacto económico e social das IPSS, in Pitacas, Jose e Reto, Luis. *A economia social numa visão plural*, p. 85.
- Ministerio das finanças, M. d. (2020). *Orçamento Geral de Estado*. Bissau: INACEP.
- Monnerat, V. D. (julio de 2018). Tomada de decisão:. *Conceito de um processo estratégico procedual e político*, pp. 01-09. Obtido em Outubro de 2023, de <https://www.researchgate.net/publication/334852314>
- Mouzas, S. (Junho de 2017). Efficiency versus effectiveness in business network. *Eficiência e eficácia na administração: prospeção de modelo qualitativo* , 59, pp. 01-25. doi:10.30681/ruc.v6i11.1727
- ODS-BCSD, P. (26 de 09 de 2023). *17 objetivos. ODS \_ PORTUGAL*. Obtido de ODS-BCSD Portugal: <https://ods.pt/ods/>

- OIT, O. I., & CPLP, C. d. (2013). *Estudo sobre a aplicação das Convenções n.º 138 e n.º 182 da OIT e suas recomendações na legislação nacional dos países da CPLP*. IPEC-CPLP. Guiné-Bissau: Organização internacional do trabalho. doi:78-92-2-827155-3
- Oliveira C, B. (Junho de 2013). *Dirigir e formar Gestores e fornecedores, Economia social e os seus atores. Dirigir e formar, Separata, economia Social e os seus atores*. Obtido em 2023, de <https://opac.iefp.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=85720&img=1651>
- ONU-Habitat, & Bissau, C. M. (Setembro de 2019). *Plano de desenvolvimento sustentável 2030*. ONU-HABITAT, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), Bissau. Obtido em 2023, de [https://unhabitat.org/sites/default/files/documents/2019-07/bissau\\_2030\\_pt\\_compressed.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/documents/2019-07/bissau_2030_pt_compressed.pdf)
- Parsons, W. (1995). An Introduction to the Theory and Practice of Policy Analysis. *Public Policy*, pp. 79-80.
- Parsons, W. (2007). Políticas Públicas. *Uma introdución a la teoria y la práctica del análisis de políticas públicas*, p. 51.
- Pereirinha, A. (2008). Política social: *Fundamento de atuação das políticas Públicas*, p. 30.
- Peters, B. G. (2015). *Advanced Introduction to Public Policy*. (E. Elgar, Ed.)
- PNUD, (. d. (11 de Julho de 2023). *PNUD\_ GLOBAL*. Obtido em 2023, de <https://hdr.undp.org/content/2023-global-multidimensional-poverty-index-mpi#/indicies/MPI>
- Prentice, C. R. (2016). Why So Many Measures of Nonprofit Financial Performance? Analyzing and improving the Use of Financial Measures in Nonprofit Research. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterl.* pp. 715-740. doi:<https://doi.org/10.1177/0899764015595722>
- Rosa, J. G., & Luciana Leite Lima, R. B. (2021). Introdução das Políticas Públicas. pp. 13-16. doi:978-65-991391-2-3
- Sabatier, P. A. (1998). "The Advocacy Coalition Framework: revisions and relevance for Europe." pp. 98-130. Obtido de [http://pubget.com/paper/pgtmp\\_1819b4e572a4dd1aaf9ab3dc9175ee63/The\\_advocacy\\_coalition\\_framework\\_\\_revisions\\_and\\_relevance\\_for\\_Europe](http://pubget.com/paper/pgtmp_1819b4e572a4dd1aaf9ab3dc9175ee63/The_advocacy_coalition_framework__revisions_and_relevance_for_Europe)
- Sabatier, P. A. (2007). *Theories of the Policy Process*.

- Saraiva, E., & Ferrarezi, E. (. (2006). Políticas Públicas. *Políticas Públicas*, 1, pp. 155-195.
- Sontag-Padilla, L. M., & Gonzalez Morganti, K. (2012). Sustentabilidade Financeira para Organizações sem fins lucrativos. *Saúde e Educação*. doi:10.2307/1556361
- Spink, P. (2000). O lugar do lugar na análise organizacional, In: Anais do Eneo 2000. 1º encontro de estudos organizacionais. p. 15.
- Teixeira, R. (2008). A construção Democrática na Guiné-Bissau :. *Limites e possibilidades, confêrencia sobre Pluralismo político e democratico na Guiné-Bissau*. Bissau, 17- 18 Outubro: CODESRIA.
- Teixeira, R. J. (2005). Transição política para democracia. *Transição política para democracia , trabalho monografia em ciencias sociais*, 15.
- True, L. J., Jones, B. D., & Baumgartner, F. R. (2007). Punctuated Equilibrium Theory: explaining Stability and change in public policymaking, em Paul A. Sabatier (org.). *Theories of tche Policy process*,, pp. 155-187.
- UE-PAANE. (s.d.). *Organização da Sociedade Civil da Guiné-Bissau*. Obtido em 2023, de <https://sociedadecivilgb.org/>
- União Africana, C. d. (2013). *Plano de implementação para primeira década -2014-2023, Agenda 2063. Quadro estratégico comum para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável*. Comissão Africana. doi:SP15831
- UNICEF-GB. (2022). *O UNICEF a apoiar as crianças na Guiné-Bissau com os nossos parceiros*. Guiné-Bissau: UNICEF. Obtido em 2023, de <https://www.unicef.org/guineabissau/media/2386/file/Relatorio%20Anual%202022.pdf>
- VIDA, O. (2022). *Organização não Governamental para o Desenvolvimento Africano*. Gestão, ONGD VIDA, Conselho de administração, Almada, Portugal. Obtido em 2024, de VIDA: <https://vida.org.pt/recursos/relatorios-anuais/>
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso : Planejamento e Metodo* (2ª ed.). (D. Graassi, Trad.) Rio de janeiro: Porto alegre : Bookman. doi:85-7307-852-9

### **6.1. Referências jurídicas**

A Constituição da república de Guiné-Bissau, artigo 3º garante a participação popular no desempenho, controlo, direção das atividades públicas.

A Constituição da república Guiné-Bissau artigo 55º da liberdade de associação.

Decreto n.º 23/92, de 23 de março, publicado no Boletim Oficial n.º 12/1992, que disciplina a criação e o exercício da atividade das organizações não-governamentais.

Decreto n.º 26/93, de 15 de março. (1993). Regula o controlo das isenções aduaneiras às importações efetuadas ao abrigo de projetos de investimento público tutelados pelos Ministérios e outros Departamentos do Estado (publicado no Boletim oficial n.º 11/1993.

Decreto nº 5/98 estabelece o regime jurídico do uso privado da terra e determina que organismos e associações de utilidade pública, sem fins lucrativos estão isentos do imposto fundiário artigo 41º.

Lei n.º 2/95, de 24 de maio, que institui um regime consolidado sobre a isenção ou redução dos direitos de importação.

Lei nº 30/2013 de 8 de maio, lei base da economia social Portuguesa.  
<https://www.casadaimprensa.pt/GetFile.ashx?FileID=26>

Lei nº 8/91, de 3 de outubro de 1991, lei da liberdade sindical, rege a criação e funcionamento dos sindicatos.

O Código Civil, o artigo 157º inclui, as disposições relativas às pessoas coletivas aplicáveis às associações que não tenham por fim o lucro económico dos associados, às fundações de interesse social e ainda às sociedades.

**6.2. Boletim oficial da República da Guiné-Bissau**

Decreto-Lei, a institucionalização das organizações não governamentais na Guiné-Bissau; Boletim Oficial GW.

**Nº 1**

**REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU**

**BOLETIM OFICIAL**

Segunda-feira, 22 de Março de 1992 Número 1

Das sessenta para publicação no "Boletim Oficial", devem ser enviados o original e o duplicado, devidamente autenticados pela entidade responsável, à Direcção-Geral de Funções Públicas - Direcção de Publicações, a fim de se estabelecer a sua publicação.

Os pedidos de assinaturas em número excessivo do "Boletim Oficial" devem ser dirigidos à Direcção-Geral da INACEP - Imprensa Nacional - Avenida de Brasil, apartado 141, Bissau - Guiné-Bissau.

**CONSELHO DE MINISTROS**

Decreto nº 23/92, Declaração a título de a acção das actividades das organizações Não-Governamentais (ONG's) Nacionais da Guiné-Bissau.

Decreto nº 24/92, Cria o Conselho Nacional de Ambiente cujo trabalho se publica em anexo a este Boletim Oficial.

Decreto nº 25/92, Conselho agenciar de zangagem as actividades associadas regularmente constituidas que elaborando um regulamento estatutário no presente diploma, tenham por objecto qualquer das actividades que indica.

Decreto nº 26/92, Autoriza a Administração do Conselho da Guiné-Bissau a emitir e pôr em circulação Selos Postais sobre "TRAJED TÍPICO", nas cores e quantidades que indica.

**MINISTÉRIO DA REFORMA ADMINISTRATIVA, FUNÇÕES PÚBLICAS E TRABALHO**  
Direcção-Geral de Funções Públicas  
Despachos.

**MINISTÉRIO DAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**  
Direcção-Geral de Serviços Meteorológicos Nacionais  
Despachos.

**PARTERNO OFICIAL**

Ministério da Justiça - Centro Nacional do Sector Autónomo da Bissau - Cerifícios.

**Nº 2**

**TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ARTIGO 1º (Objecto)**

Opresenta diploma temporário objecto disciplinar a criação e o exercício das actividades das Organizações Não-Governamentais (ONG's) Nacionais da Guiné-Bissau.

**ARTIGO 2º (Definição, Matéria e Objectivo)**

1. As Organizações Não-Governamentais, abrangidamente designadas (ONG's), são pessoas colectivas de direito privado, de livre criação, espontânea e com fins não-lucrativos.

2. As ONG's são organizações voluntárias que têm por objectivo contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades locais e a promoção de participação destas no desenvolvimento socio-económico do país.

**ARTIGO 3º (Proibição de Discriminação)**

As ONG's levadas a cabo pelas ONG's não se baseiam na discriminação e sem discriminação do tipo étnico, político, racial, religioso ou de sexo.

**ARTIGO 4º (Qualidade de Actividade)**

As ONG's realizam actividades em domínio de sua livre escolha e competência de acordo com a sua filosofia de acção e tendo em consideração as prioridades nacionais e aquelas visadas pelas comunidades locais.

**ARTIGO 5º (Da Associação e de Cooperação)**

1. As ONG's nacionais podem associar-se e cooperar com parceiros nacionais e estrangeiros para as realizações dos seus objectivos.

2. Na constituição do seu programa de actividades as ONG's nacionais podem estabelecer cooperação com as colectividades locais, os programas de desenvolvimento e os Ministérios directamente interessados.

**ARTIGO 6º (Apoio e Seguinte)**

A Solidária é a instituição de apoio e seguimento da intervenção das ONG's nacionais e estrangeiras.

**TÍTULO II CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO**

**ARTIGO 7º (Da Constituição)**

1. Para se constituir:

a) A ONG tem de ter, para efeitos de parecer, os Estatutos, que contêm a denominação, o objectivo, os

**ARTIGO 8º (Critérios e Prazo de Parecer)**

1. Para se emitir o parecer referido no alínea a), nº 1, do Artº 7º, deverão ser adoptados critérios e mecanismos que previnam uma apreciação objetiva do dossier da constituição apresentada.

2. Este parecer deverá ser emitido no prazo de quinze (15) dias a contar da data de entrada no Soldado do dossier da constituição da ONG.

**ARTIGO 9º (Do Envio de Documentos)**

A Solidária deve remeter uma cópia da certidão escrita publicada no Ministério das Finanças e ao Ministério do Plano e Cooperação Internacional.

**ARTIGO 10º (Dos Recursos Humanos)**

As ONG's Nacionais podem contribuir ou empregar, formar e gerir, segundo os seus critérios e exigências particulares, os recursos humanos de que necessitem para a realização do seu programa de actividades.

**ARTIGO 11º (Dos Órgãos)**

Os Estatutos da ONG designam no respectivo artigo entre no qual haverá uma Assembleia Geral um órgão colegial de Administração e um Conselho Fiscal, tendo cada um destes órgãos um presidente.

A representação da ONG em julgo a taxa dela sabe a qual os Estatutos determinarem ou, na falta de disposição estatutária, a Administração ou a quem por ela for designado.

**ARTIGO 12º (Das Associações da ONG)**

Podem ser associadas de uma ONG todas as pessoas singulares, maiores de 18 anos, nacionais, libérras, residentes na Guiné-Bissau e que voluntariamente declarem, perante os órgãos sociais competentes, desejar associar-se à qualidade de associado.

**Nº 3**

**TÍTULO III MEIOS FINANCEIROS**

**ARTIGO 14º (Financiamento)**

As ONG's Nacionais podem recorrer a todos os meios de financiamento, desde que eles não estejam em contradição com as leis em vigor no país e com a natureza da própria organização.

**ARTIGO 15º (Fundos e sua Afectação)**

1. Constituem fundos das ONG's nacionais:

a) As quotasções dos associados;

b) Os donativos;

c) Os subsídios;

d) As subvenções;

e) Os legados;

f) Espólios e renda dos produtos;

g) Os rendimentos da prestação de serviços;

h) Os valores e bens que possuam ou adquiram título oneroso;

i) Outros.

2. Os fundos referidos no número anterior devem ser destinados a realização dos objectivos fixados pela ONG e ao funcionamento da própria organização.

**TÍTULO IV PRIVILEGIOS E GARANTIAS**

**ARTIGO 16º (Das Isenções)**

1. O Governo da Guiné-Bissau pode, através do Ministério das Finanças, conceder às ONG's registadas no Soldado:

isenção dos direitos aduaneiros para as viaturas, equipamentos e materiais importados no quadro dos projectos de desenvolvimento, desde que os mesmos sejam destinados unicamente aos fins mencionados no projecto, ou às necessidades do seu funcionamento.

2. Os materiais, viaturas e equipamentos adquiridos nos termos do nº 1 deste artigo, não podem ser vendidos nem dados sem que a ONG proceda antes à liquidação das taxas conformes as normas estabelecidas pelas entidades competentes.

**TÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**ARTIGO 17º (Do Envio do Relatório Anual)**

As ONG's devem entregar anualmente à Solidária, até 31 de Março, uma cópia do relatório das actividades e do relatório financeiro, contendo o balanço dos fundos, seus quantitativos, respectivas afectações, relação dos bens importados, bem como o seu plano de acções para o ano seguinte.

**ARTIGO 18º (Associações Existentes)**

As Associações já existentes que queiram editar o estatuto de ONG nacional deverão remeter à Solidária os projectos estatutários, a certidão de escritura pública, bem como a relação dos membros da Direcção, no prazo de trinta (30) dias a contar da data de publicação do presente Decreto.

**ARTIGO 19º (Da Dissolução)**

As ONG's podem dissolver-se:

a) Por decisão da Assembleia Geral;

b) Por decisão judicial.

**ARTIGO 20º (Destino dos Bens)**

Edificios da ONG, se existirem bens, estes têm o destino que lhes for fixado pelos Estatutos ou por deliberação dos associados, sem prejuizo do disposto em leis especiais, na falta de legislação ou de deliberação dos associados, e entidade competente, o Ministério Público, determinará que sejam atribuídos a outras pessoas colectivas, assegurando tanto quanto possível, a realização dos fins da pessoa entida.

**ARTIGO 21º (Da Entrada em Vigor)**

Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Approved in Conselho de Ministros de 12 de Fevereiro de 1992, em Bissau. - O Primeiro Ministro, Eng. Carlos Correia. - O Ministro de Plano e da Cooperação Internacional, Bernardino Cardoso.

Publico-se.

O Presidente do Conselho de Estado, General João Bernardo Vieira.

Decreto nº 24/92 de 23 de Março

**PRÉAMBULO**

Quando em 1972 se realizou em Estocolmo a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, deu-se o primeiro passo na tentativa de conciliação da Humanidade sobre a degradação da natureza. De reconhecer é que já se percorreu um longo caminho na designação das facturas degradadoras da riqueza natural do nosso planeta e ainda a adoptar uma preocupação que assume cada vez mais, uma dimensão pública.

A razão desta tomada de consciência não é certamente resultado do acaso. Com efeito nunca o planeta Terra esteve tão ameaçado no seu equilíbrio como agora.

Cada ano que passa, milhões de hectares de florestas são destruídos, a título recalcitrante, milhões de espécies animais e de plantas são atropeladas de extinção, e, como consequência directa, milhões de

## **7. Entrevistas**

### **7.1. Guião da entrevista**

#### **Tema: A influência das políticas públicas sociais na sustentabilidade das organizações não governamentais na Guiné-Bissau: O caso ONGD\_VIDA**

O estudo tem como principal objetivo compreender as dinâmicas interativas entre o estado e os parceiros do desenvolvimento, ou seja, estudar como as decisões do executivo guineense têm influenciado o modo de funcionamento das ONG, com destaque na ONGD VIDA.

Porém, para responder à pergunta de partida mencionada no estudo recorreremos ao método da entrevista semidirigida para recolha de dados, dividida em três secções de perguntas: I - Quadro de funcionamento da ONGD VIDA; II - Da governança e sustentabilidade das OSC/ONG junto dos parceiros do desenvolvimento e para finalizar, III - O âmbito legislativo: Quadro normativo das OSC/ONG.

#### **I - Quadro de funcionamento da ONGD VIDA**

Nesta primeira secção as perguntas são direcionadas com intuito de compreender as dinâmicas internas da ONGD-VIDA e o nível de relacionamento com executivo guineense e de mais organizações da sociedade civil.

1. Quais são os principais objetivos e metas a longo prazo da ONGD-VIDA para com a Guiné-Bissau?
2. Quais são as principais áreas de intervenções e questões sociais que a ONG-VIDA procura resolver?
3. Como está hierarquizada a estrutura administrativa da ONGD-VIDA na Guiné-Bissau e como funciona?
4. Quais são os projetos, o programa em execução e quais são os resultados alcançados até esta data?
5. Existe um modelo de monitorização e avaliação dos projetos pro-sociais no âmbito interno? Como funciona?
6. Quais são os principais parceiros da ONGD-VIDA para com os projetos direcionados à Guiné-Bissau e quais são as estratégias de obtenção do financiamento?
7. Qual é o modelo e como funciona a comunicação interna e externa para com as comunidades, utentes ou beneficiários que a ONGD VIDA tem dinamizado?

8. Qual é o modelo usado para assegurar a transparência dos projetos junto dos doadores, financiadores e de mais partes envolvidas?

## **II - Da governança e sustentabilidade das OSC/ONG junto dos parceiros do desenvolvimento**

Esta segunda secção da entrevista, está direccionada em exclusivo à compreensão da colaboração institucional, dos mecanismos de gestão e o quadro de relacionamento entre o executivo guineense e demais ONG.

1. Na sua perceção o que é que a organização da sociedade civil representa para a sociedade, para o estado e para os parceiros do desenvolvimento?
2. Na sua perceção como tem avaliado a relação existente entre o executivo guineense e a ONGD-VIDA?
3. Ao longo dos anos de intervenção e implementação dos diferentes projetos, qual é o sector ou área de intervenção que acentua mais a participação do executivo guineense?
4. Quais são os mecanismos para assegurar a participação efetiva das OSC na esfera das decisões “públicas” do estado e no controlo da sua implementação?
5. Como podemos equilibrar a autonomia financeira das OSC/ONG para com os seus parceiros?
6. Quais são as medidas conjuntas que devem ser tomadas para prevenir fraudes e irregularidades no funcionamento das OSC?
7. O que podemos classificar como razões extremas na origem da falta de harmonização entre o sector público, as OSC e os parceiros do desenvolvimento?
8. Qual a origem das falhas sucessivas no processo de edificação de espaço de concertação das OSC, após várias tentativas de criação de algumas estruturas básicas, e o que deve ser feito para sua implementação?
9. Como é que podemos compreender a missão das ONG na Guiné-Bissau, que por um lado desenvolvem algumas atividades económicas em modo de economia do mercado?
10. O que esteve na origem da influência extrema das agências do desenvolvimento para com o Governos e as OSC nacionais?
11. Enquanto organização parceira, o que está na origem de falta de competitividade no sector das ONG na Guiné-Bissau?
12. Porque que as ONG nacionais funcionam exclusivamente com parceiros de implementação, ou intermediário entre ONG internacionais e financiadores dos projetos pro-sociais?

### **III – Insere-se no âmbito legislativo: Quadro normativo das OSC/ONG na Guiné-Bissau**

Repara-se que o sector das ONG na Guiné-Bissau carece de Lei-quadro que caracterize e regule o funcionamento das OSC. No entanto, nesta entrevista serão abordados os três principais instrumentos jurídicos que vigoram no sector como: CRGB, CC, Decretos, convenções internacionais (ato Uniforme de HOADA).

1. Qual é a sua perceção sobre as disposições gerais das pessoas coletivas do Artigo 157º do código civil guineense?
2. Qual é a sua interpretação sobre o Decreto nº 23/92, de 23 de março, publicado no Boletim Oficial nº 12/1992, que disciplina a criação e o exercício da atividade das organizações não-governamentais?
3. Como podemos analisar a eficácia do Decreto nº 26/93 de 15 de março de 1993, que regula o controlo de isenções aduaneiras?
4. Qual é a sua opinião sobre a implementação do Decreto nº 23/92, de 23 de março de 1992, no seu Artigo 17, que obriga as ONG presentes na Guiné-Bissau a apresentar um relatório de atividades anual?
5. Como interpreta o ato uniforme da HOADA relativo ao direito das sociedades cooperativas que a Guiné-Bissau ratificou, o qual não foi aprovado pela Assembleia nacional popular? <https://www.ohada.org/en/cooperative-societies-law/>

GÉJÉ AMADÚ CANDÉ

LISBOA, 2023